



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

EDUARDO HENRIQUE FRANÇA DO EGITO

**A SOCIEDADE CIVIL SOB VIGILÂNCIA: ATUAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE  
INFORMAÇÃO (SNI) SOBRE A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NO ESTADO DE  
PERNAMBUCO (1980-1985).**

JOÃO PESSOA

2025

EDUARDO HENRIQUE FRANÇA DO EGITO

**A SOCIEDADE CIVIL SOB VIGILÂNCIA: ATUAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE  
INFORMAÇÃO (SNI) SOBRE A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NO ESTADO DE  
PERNAMBUCO (1980-1985).**

Monografia apresentada à Universidade  
Federal da Paraíba, como requisito parcial para  
obtenção do título de Graduação em  
Licenciatura Plena em História, sob orientação  
do Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes.

JOÃO PESSOA

2025

**Catálogo na publicação Seção de  
Catálogo e Classificação**

E29s Egito, Eduardo Henrique Franca do.

A sociedade civil sob vigilância: atuação do serviço nacional de informação (SNI) sobre a comunidade universitária no estado de Pernambuco(1980-1985). / Eduardo Henrique Franca do Egito. - João Pessoa, 2025. 60 f. : il.

Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da

Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Ditadura Militar. 2. Estudantes. 3. Docentes. 4. SNI(serviço nacional de Informação). I. Nunes, Paulo Giovani Antonino. II. Título. CDU 94(81)

UFPB/CCHL

Dedico este trabalho ao meu Avô Getúlio  
Valézio do Egito, *in memoriam*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente aos meus pais Eduardo Jorge e Maria Aparecida por sempre incentivarem meus estudos e que sempre cuidaram de mim com muito amor.

Ao meu Avô Getúlio a quem dedico este trabalho, por sempre ter sido um grande amigo, por sempre contribuir em minha educação, e principalmente por sempre me apoiar e estar ao meu lado na minha formação como pessoa.

Ao meu orientador, Paulo Giovani, pela oportunidade proporcionada a mim a partir do PIBIC que originou a presente pesquisa, pelo auxílio e disponibilidade em guiar minhas dúvidas e preocupações relacionadas à pesquisa. Aproveito o espaço para enaltecer também todo o corpo de docentes do Departamento de História, por trabalharem arduamente em prol de uma graduação exemplar e acolhedora.

Agradeço também às minhas orientadoras extra-oficiais, de suma importância no começo do curso, Fernanda Rocha e Suelen Andrade, por todo o apoio no período em que fui bolsista na FCJA, e pela relação de amizade que surgiu posteriormente. Nesse sentido, agradeço também a todas as pessoas da instituição que estiveram ao meu lado nesse momento de tantas incertezas que passei.

A minha namorada, Júlia Inês. Dentre todos os presentes que a graduação me proporcionou, você com certeza foi o maior deles. Esse é só mais um dos vários capítulos que ainda vamos concluir juntos. Espero continuar seguindo essa caminhada ao seu lado para sempre, minha historiadora favorita.

Por fim, sou grato a todos meus amigos que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado, nos momentos difíceis e nos momentos de alegria, importantíssimos nessa jornada acadêmica, principalmente aos grupinhos que o ambiente acadêmico me proporcionou, em especial a Mahari, Ana, Ana Júlia, Brenno, Enzo, João, Isaura, Maíra e Villarim. Além dos companheiros de vida como Arnaldo, Azevedo, Bianca, Cauã, Elias, Elisabeth, Gabriel, Gabriela, Humberto, Juan, Rolim e Victor. E por último, mas não menos importante ao meu irmão caçula Alexandre Jorge, que desde a sua chegada ao mundo sempre iluminou a vida de todos ao seu redor, e por sorte a minha também.

Sem o apoio de todas essas pessoas eu não seria quem sou hoje e provavelmente não haveria perpetuado no curso e na pesquisa, a todos que foram citados e aqueles que não foram, mas sabem que são de suma importância para mim, meus agradecimentos.

## RESUMO

O presente trabalho aborda a atuação do Sistema Nacional de Informações (SNI) sobre as comunidades acadêmicas de Pernambuco, buscando analisar a vigilância desse órgão da Ditadura Militar perante os estudantes e os docentes. A pesquisa abrange as principais instituições de Ensino Superior pernambucanas, como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), além da instituição privada Universidade Católica De Pernambuco (UNICAP). O trabalho localiza-se no período conhecido como de *distensão política*, abarcando os anos de 1980-1985. No tocante ao suporte teórico enquadrados o estudo no campo da Nova História Política, a partir dos estudos de Jacques Julliard (1976) e René Rémond (1996). Além disso, é feito o diálogo entre a história política e a história cultural, empregando o conceito de "cultura política" nas leituras de Serge Bernstein (1998) e Rodrigo Patto Sá Motta (2009). As fontes que embasam o texto são os documentos do Fundo SNI, Agência Pernambuco (APE), presentes no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação de Memória do Estado da Paraíba, resguardado pela Fundação Casa de José Américo.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Estudantes; Docentes; SNI; Pernambuco

## **ABSTRACT**

This study discusses the role of the National Information System (SNI) in Pernambuco's academic communities, seeking to visualize the surveillance this agency under the Military Dictatorship exerted on students and faculty. The research covers Pernambuco's main higher education institutions, such as the Federal University of Pernambuco (UFPE), the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE), and the private Catholic University of Pernambuco (UNICAP). The study is located in the period known as political *détente*, covering the years 1980–1985. Regarding the theoretical framework, we frame the study within the field of New Political History, drawing on the work of Jacques Julliard (1976) and René Rémond (1996). Furthermore, we establish a dialogue between political history and cultural history, employing the concept of "political culture" in the works of Serge Bernstein (1998) and Rodrigo Patto Sá Motta (2009). The sources supporting the text are documents from the SNI Fund, Pernambuco Agency (APE), presented in the collection of the State Truth and Memory Preservation Commission of the State of Paraíba, protected by the José Américo House Foundation.

**Keywords:** Military Dictatorship; Students; Teachers; SNI; Pernambuco

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1** - Informação Nº 990/80, apêndice do documento evidenciando o jornal “A nossa voz” articulando os movimentos estudantis através da UNE por intermédio dos DCE`s

**Figura 2** - Gráfico hierárquico concernente ao SISNI durante o período da Ditadura Militar.

**Figura 3** - Gráfico hierárquico concernente ao aparato de vigilância perante as Universidades durante o período da Ditadura Militar.

**Figura 4** - Informação Nº 3194/82 Luiz Pinto Ferreira e outros.



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

Ação Popular - AP

Agência Pernambuco - APE

Agência Recife - ARE

Assessoria Especial de Segurança e Informações - AESI

Assessoria de Segurança e Informações - ASI

Associação dos Docentes da UFPE - ADUFEPE

Associação dos Docentes da UFRPE - ADUFERPE

Ato Institucional nº1 - AI-1

Central Intelligence Agency - CIA

Centro de Ciências Jurídicas - CCJ

Centro de Informações da Marinha - CENIMAR

Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica - CISA

Centro de Informações do Exército - CIE

Conselho de Defesa Nacional - CDN

Conselho de Segurança Nacional - CSN

Conselho Superior de Segurança Nacional - CSSN

Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara de Pernambuco - CEMVDHC-PE

Diretório Central dos Estudantes - DCE

Divisões de Ordem Política e Social - DOPS

Divisões de Segurança e Informações - DSI

Doutrina de Segurança Nacional - DSN

Escola Nacional de Informações - EsNI

Escola Superior de Guerra - ESG

Estado-Maior do Exército - EME

Ministério da Educação - MEC

Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica - N-SISA

Partido Comunista Brasileiro - PCB

Partido Democrático Social - PDS

Partido dos Trabalhadores - PT

Partido Trabalhista Brasileiro - PTB

Plano Nacional de Informações - PNI

Serviço Federal de Informações e Contra-Informações - SFICI

Serviço Nacional de Informação - SNI

Serviço de Informações da Marinha - SIM

Serviço Secreto da Marinha - SSM

Serviço Social da Indústria - SESI

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES

Sistema Nacional de Informações - SISNI

Subsistema de Informações Estratégicas Militares - SUSIEM

Superintendência de Reforma Agrária - Supra

Organização dos Estados Americanos - OEA

União Nacional dos Estudantes - UNE

United States Agency for International Development - USAID

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1: O APARATO INFORMACIONAL DA DITADURA MILITAR E AS UNIVERSIDADES</b> .....	<b>20</b>
1.1: Contexto histórico: a criação e formação do SNI e o SISNI.....	20
1.2: O SNI e as universidades Pernambucanas.....	28
<b>CAPÍTULO 2: A VIGILÂNCIA SOBRE A COMUNIDADE ACADÊMICA PERNAMBUCANA</b> .....	<b>38</b>
2.1: Ação dos docentes em Pernambuco e a vigilância do SNI.....	38
2.2: Os estudantes em Pernambuco e a vigilância do SNI.....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS:</b> .....	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO:

A presente monografia é fruto de um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado “A sociedade civil sob vigilância: Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (1964-1985)” orientada pelo professor Paulo Giovani Antonino Nunes entre os anos de 2023 e 2025. Dessa forma, debruçamo-nos ao plano de pesquisa “Atuação do serviço nacional de informação (SNI) nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte: A vigilância sobre a comunidade acadêmica nas instituições de Ensino Superior (1975-1985)”, especificamente ao estado de Pernambuco durante o prosseguimento da pesquisa, salvo pontos de interação em que os indivíduos ou as instituições acadêmicas desse estado pudessem ter com os seus vizinhos regionais.

Dessa maneira, foi possível realizar a pesquisa tendo em mãos os documentos referentes à Agência Pernambuco (APE) ou como também era identificada a Agência Recife (ARE), que durante o período da Ditadura Militar tinha como função organizar o sistema de informações em uma área que compreendia aos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Por isso, em determinado momento do trabalho poderá ser observado informações relacionadas para além de Pernambuco, por conta do rastreo desses agentes.

Assim, o trabalho atenta-se a analisar como se deu a vigilância do SNI sobre as comunidades acadêmicas do estado de Pernambuco, com ênfase no que diz respeito às atuações estudantis ditas “subversivas”, além das figuras docentes vigiadas e perseguidas por adjetivos semelhantes. Para isso, é importante salientar que a temporalidade passível de ser estudada na documentação e de maneira lógica a que será apresentada no trabalho está ligada ao processo de “distensão política” que ocorreu entre os governos de Geisel e Figueiredo. Contudo, ao contrário do que da entender o nome, na realidade, foi o momento de maior efervescência na produção documental dos órgãos de vigilância, gerando a intensificação da produção de informações pelo SNI, o que também leva a crer em uma maior produção de notícias falsas sobre os nomes presentes, uma vez que, os indivíduos presentes no órgão buscavam reafirmar o motivo de sua existência, e por

consequente a manutenção do regime através da criação de mais personagens subversivos. Como aponta Antunes (2001, p. 86):

Como forma de se manter no poder, a comunidade de informações passou a criar inimigos imaginários, usando, para tanto, pessoas e instituições reais. Segundo Alfred Stepan, "estes serviços eram alguns dos mais ferrenhos partidários do argumento que os conflitos sociais colocavam ameaças para a segurança interna e para o desenvolvimento nacional e, portanto, precisavam ser reprimidas.

Para entendermos o processo de vigilância do Estado brasileiro durante o período da Ditadura Militar é preciso localizar qual foi o grande produtor de informações "oficiais" desse período. Assim, tem-se como primordial entender o SNI, e qual a motivação da criação dessa documentação, que em seu estágio final fazia perdurar uma estrutura de opressão e violência contra seus investigados, seja de maneira física ou consequências em sua vida acadêmica/profissional.

Dessa forma, para atingir um objetivo tão ambicioso como a vigilância por toda a extensão nacional, foi preciso formar um sistema que detivesse essa capilaridade, por isso:

Segundo seu artigo 5º, o SNI seria compreendido por uma agência central com sede no Distrito Federal e por "Agências Regionais, tantas quantas necessárias, com sede em capitais dos Estados ou cidades importantes." Ou seja, o SNI foi criado de forma flexível, que o possibilitava adaptar-se às novas conjunturas que fossem surgindo. Esta plasticidade de sua estrutura possibilitou ao serviço criar um verdadeiro complexo de informações. (Antunes, 2001, p. 86)]

O trecho de Antunes denota claramente o caráter adaptativo e de constante expansão que o SNI detinha, procurando criar uma rede interconectada de agências que pudessem abranger todos os locais com suspeita de núcleos ou personagens subversivos ao regime, chegando ao ponto de seu próprio idealizador, o General formado pela Escola Superior de Guerra (ESG), Golbery de Couto e Silva, o adjetivar como um "monstro"<sup>1</sup>, devido às proporções que alçou.

Além do expansionismo que marca esse sistema, é de suma importância evidenciar outra particularidade desse órgão em relação aos seus antepassados, pois os serviços de informações anteriores a Ditadura Militar eram vistos pela

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz77xg4z1rpo>. Acessado em: 09/08/2025

sociedade castrense como atrasados ou ineficientes. Para alterar esse cenário, os militares adotaram uma postura de centralização do comando dado aos agentes de informação, que a partir desse momento respondiam diretamente à Presidência da República, e não mais um conselho voltado para a segurança nacional, o que denota a importância desse órgão, que era tido com status de ministério. Essa centralização não causou efeitos puramente relacionados ao status do órgão, mas esteve também diretamente relacionado ao aumento de recursos e a importância de gerir de maneira efetiva esse aparelho, por isso, figuras como Médici e Figueiredo, que foram inicialmente chefes do SNI, alçaram a posição de presidentes da República em anos posteriores (Figueiredo, 2005).

Com o propósito de analisar e debater a relação, que em momentos aparentava ser contraditória, entre o Estado subserviente a Ditadura Militar e o Ensino Superior e seus componentes humanos, como docentes e discentes de cunho “subversivo” que eram comportados nessas instituições federais em certa medida, por conta do processo da “modernização autoritária”<sup>2</sup> por qual passava essas instituições de ensino. Por conta desse cenário, e por pautarmos a discussão através das lentes do SNI, nos fundamentamos a partir do repertório teórico da Nova História Política.

A História Política deteve uma posição inicial de centralidade nos estudos dos historiadores ocidentais, sendo entendida por Barros (2005) como a primeira dimensão do campo da História, antes mesmo de existirem debates sobre as dimensões que pudessem compor o campo da historiografia. Porém, detinha-se apenas ao brilho que emanava do Estado, visto como realidade suprema e expressão do sagrado, como apontou Rémond (1996, p. 15), por isso, limitava-se ao microcosmo que regia esse espaço, atendo-se apenas às instituições, às revoluções formadoras de sua configuração e aos “grandes homens” que incorporaram a sua existência. Ou seja, detinha-se apenas a serviço das elites, sendo taxada também como linear e factualista, dado a não incorporação de fatores exógenos ao político e sua temporalidade, como exclamou Jacques Julliard (1995, p. 180-181):

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto,

---

<sup>2</sup> Ver Motta, 2014.

ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; pretende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual.

Porém, como demonstra Rémond (1996, p. 13), existiam motivos para essa posição de prestígio, pois como o mundo ocidental passava pela consolidação dos Estados Nacionais e havia a forte necessidade das elites nacionais advogarem pela união nacional através de mitos, grandes nomes e uma história ancestral comum, os historiadores desse período voltavam-se a tais demandas. Contudo, a partir de disputas de força entre diferentes núcleos da sociedade e o advento da participação gradual das massas no cenário político-social, a história também sofreu influência, e leituras como a da “velha” História Política perderam significado:

É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a "ideologia dominante", e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época. (Rémond, 1996, p. 13)

Tal centralidade permaneceu até o final da primeira metade do século XX, com a crítica da Escola dos Annales em sua primeira geração, pondo em evidência as limitações teóricas elencadas anteriormente. Neste momento, é posto um contexto no qual os historiadores - sobretudo os franceses - exprimem uma intensificada aversão ao político, buscando eliminar vestígios desse componente em suas discussões acadêmicas, negando por completo ou sendo entendido apenas como algo secundário no entendimento para panoramas maiores (Barros, 2005).

Contudo, a partir do final da década de 70 e começo de 80 do século XX, é percebido um movimento de volta e de renovação da História Política, que foi categorizado posteriormente como o retorno do político e a inauguração da Nova História Política, onde um de seus principais nomes seriam René Rémond e Jacques Julliard. Esse retorno só foi possível por conta de algumas mudanças basilares na forma de se estudar o mundo político, como a crescente importância do Estado na vida da sociedade em geral, com atribuições cada vez mais importantes para o funcionamento dos indivíduos, onde ele legisla, regulamenta, subvenciona,

controla a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura (Motta, 2009, p. 18).

Assim, esses assuntos começam a fazer parte da esfera do político, partindo uma das principais teses que defendiam que o político não se referiam as referidas realidades, pois a sociedade começa a efetivamente entrar em contato com esse aparato e ela própria é gerida diretamente por esse poder. Nesta linha, tem-se também a renovação epistemológica dessa corrente, onde não é mais permitido existir o isolamento no campo teórico, pois para a sua própria sobrevivência precisa estar a todo momento em um contato de pluridisciplinaridade, com outras ciências, onde foram adotados termos e metodologias, pois agora reconhece todos indivíduos como atuantes políticos, e não mais apenas os grandes homens. Nesse sentido é possível perceber noções como pesquisas quantitativas, dados estatísticos de eleições e estudos de opinião pública, que são adotados em grande medida de outras áreas do saber, como, a sociologia. (Rémond, 1996).

Por isso, entendemos o político como de grande importância para tratar nossa temática, mas como foi demonstrado, ele por si só não é o suficiente para se sustentar enquanto análise plural. Nesse prisma, é preciso evidenciar o conceito de “cultura política”, que não foi idealizado pelo campo da história, mas que foi reapropriado por Bernstein e Sirinelli, em uma tentativa de entender o político a partir da noção de longa e média durações perpassadas pelas culturas de determinadas sociedades.

Como dito, esse conceito não surge entre os historiadores, mas por dois autores das ciências política, em interação com a antropologia e a psicologia, sendo eles Gabriel Almond e Sidney Verba onde “eles entendiam que a compreensão das ações políticas demandava enfoque capaz de entender a influência de valores, sentimentos e tradições.” (Motta, 2009, p. 18-19). Contudo, esses autores postularam um conceito que abriu margem para uma noção de subculturas, denotando ainda uma noção evolutiva da história, onde determinadas sociedades ou grupos sociais passariam por processos de evolução e/ou maturação das suas discussões políticos até chegar em um determinado ápice, a “cultura política participativa”.

Assim, buscando formular outras estratégias para a apropriação da cultura política, foram feitas duas críticas bases ao pensamento norte-americano, sendo



elas a rejeição as implicações etnocêntricas, no qual enxergavam uma suposta superioridade da cultura democrática, houve também o rechaçamento a perspectiva nacional, onde buscavam demonstrar que toda a sociedade detinha as características de uma mesma cultura. Por isso, segundo (Motta, 2009, p. 18-19) “Ao contrário, os historiadores franceses preferem enfatizar as diferenças existentes dentro de um mesmo espaço nacional, a partir de um olhar que privilegia a “pluralidade das culturas políticas”<sup>3</sup>. O que levou de acordo com Bernstein (1988) a priorização de culturas políticas tidas como “famílias políticas”<sup>4</sup>, que podem ser percebidas pelo referido autor como as ideologias comunista, socialista, liberal, conservadora, republicana, entre outras.

Isso se dá, pois, a definição de cultura política passa por um conjunto de valores, práticas, tradições, mitos e representações compartilhadas dentro de uma sociedade, expressando a noção de identidade coletiva, aglutinando uma mesma leitura de passado e estratégias para o mundo político do futuro. Como aponta Motta (2012, p. 21-22:

Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.).

Podendo-se perceber uma conjunção de elementos que constituem a relação dos indivíduos com a sociedade, o que nos leva a perceber como a esfera individual é influenciada pelo contexto temporal e espacial, assim como, esses indivíduos quando em posições para tal, acabam por exercer um poder sobre a sociedade que é atravessado por essas questões envoltas na média e longa duração. Apesar disso, Bernstein (1998, p. 363) sinaliza também:

Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência a um sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro,

---

<sup>3</sup> Bernstein, 1988, p.354

<sup>4</sup> Bernstein, 1988.

das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm de felicidade.

Com isso, evoca-se uma discussão por parte de Bernstein e Sirinelli, que apesar de existirem casos onde uma cultura política é seguida por grande parte de uma nação e mesmo que ela incida muito ou pouco sobre as outras que estão presentes naqueles cenários, o historiador não pode entendê-la como a única constituinte daquele espaço, mas uma disputa entre os grupos pelo local de protagonismo. É dentro desse contexto que as principais famílias políticas propostas por Bernstein entrarão em conflito, ou até mesmo podem passar por processos de apaziguamento, definindo por vezes a forma de interação entre os indivíduos de determinadas famílias.

No caso brasileiro, Motta - autor que já havia contribuído teoricamente para o campo<sup>5</sup> - utiliza-se da cultura política para entender como a experiência da modernização conservadora autoritária nas instituições do Ensino Superior brasileiro, estão atravessadas de componentes da cultura política brasileira, como à conciliação e à acomodação. Tais componentes não surgem de maneira espontânea durante o período da Ditadura Militar, segundo o autor, eles são perceptíveis na longa duração da história brasileira, quando é posto em evidência os processos de rupturas político nacional, como, a Independência do Brasil onde não houve uma grande guerra, mas um processo de negociação e acomodação das elites, para não sofrerem com perdas significativas, buscando suprimir possíveis reivindicações sociais. Ademais, é posto também casos como o golpe da República, o golpe de Getúlio Vargas, e o golpe da Ditadura Militar, nos quais não houve um processo de profunda violência entre os setores da sociedade, mas um arranjo entre as elites de conciliação e acomodação que marcam a história brasileira. (Motta, 2014).

Dessa forma, usando como base os referenciais citados anteriormente e percebendo a possibilidade em trabalhar tais conceitos junto ao material da pesquisa - o Estado Autoritário e as comunidades do Ensino Superior -, experienciado de maneira empírica pela obra já consolidada de Motta (2014), o presente trabalho buscará fazer a análise dessa relação dentro do Ensino Superior do estado de Pernambuco, a partir de uma visão voltada para a atuação do político - o Estado brasileiro - em relação com os componentes que estão participando dessas relações

---

<sup>5</sup> Motta, 2009.

de força - os indivíduos vigiados pelo SNI -, utilizando-se da percepção que valores, tradições e ideologias atravessam esses atores - cultura política.

Assim, a pesquisa teve como processo metodológico a revisão bibliográfica inicialmente dos textos relacionados ao tema da Ditadura Militar e seu aparato de informações o SNI, como Priscila Carlos Brandão Antunes (2001), Carlos Fico (2001, 2003), Lucas Figueiredo (2005), Rodrigo Motta (2014), Dimas Veras (2018), entre outros.

Posteriormente, nos debruçamos sobre o suporte teórico da pesquisa, analisando textos e autores relacionados a Nova História Política e sua interdisciplinaridade com a história cultural, como Jacques Julliard (1995) René Rémond (1996), José D'Assunção Barros (2012) e Rodrigo Motta (2012).

A terceira e última etapa esteve relacionada a pesquisa empírica sobre a documentação presente na Agência Recife, utilizada pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba, no qual, foi posteriormente cedida ao final de seus trabalhos ao Memorial da Democracia, localizado na Fundação Casa de José Américo, onde de maneira digital reúne cerca de 7.400 documentos relacionados a Ditadura Militar. Com isso, foi feito o trabalho de filtragem das documentações relacionadas a temática estudada, processo esse feito a partir da confecção de fichas resumo e estabelecimento de uma planilha com o que foi encontrado.

Além disso, quando tratamos de um acervo voltado à memória sensível, é de suma importância evidenciar o caráter social - para além do historiográfico - desse trabalho. Nesse sentido, utilizamo-nos da leitura de Caroline Silveira Bauer e René E. Gertz (2015, p. 178) pois:

Esses documentos afetam, de forma direta, a sociedade em que foram produzidos e recuperados (Estado, agentes da repressão, vítimas, familiares, organizações de Direitos Humanos, Forças Armadas), principalmente porque, no caso das ditaduras militares, [alguns de] seus protagonistas ainda estão vivos e por constituírem fatos do passado recentes dessas sociedades.

Assim como:

[...] os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem - produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações dos seus direitos. (Bauer; Gertz, 2015, p. 178)

Por isso, salientamos o compromisso da pesquisa com essa luta que além de propósitos acadêmicos, carrega consigo um caráter social intrínseco.

Deste modo, foi com esse repertório teórico e acervo relacionado à temática que construímos a pesquisa, buscando evidenciar como se dava a visão oficial do Estado Autoritário Militar sobre as comunidades acadêmicas, onde nessa seara havia desde docentes estabelecidos em suas posições, mas vigiados por conta da busca em cargos administrativos nessas instituições ou por comportamentos tidos como desviantes ou subversivos. Além deles, podiam ser percebidos também a atuação política de discentes que por vezes envoltos da figura do Diretório Central dos Estudantes (DCE) buscavam alternativas de enfrentamento ao Estado brasileiro daquele período (Figura 1).

**Figura 1:** Informação Nº 990/80, apêndice do documento evidenciando o jornal “A nossa voz” articulando os movimentos estudantis através da UNE por intermédio dos DCE`s

Nada além de 35%. Por mais verbas de Educação

## Reconstrução material da UNE

CONEC – Conselho Nacional de Esportes Gerais

O capítulo 2 versará acerca da importância das universidades para os militares e a sua posição contraditória a partir da modernização autoritária, bem como localizar os estudantes e docentes, para então compreender como se deu a

vigilância sobre esses grupos durante o processo de “distensão política” a partir de 1980 perante a análise empírica da documentação presente no acervo estudado.

## **CAPÍTULO 1: O APARATO INFORMACIONAL DA DITADURA MILITAR E AS UNIVERSIDADES**

### **1.1: CONTEXTO HISTÓRICO: A CRIAÇÃO E FORMAÇÃO DO SNI E O SISNI**

A história dos órgãos de inteligência oficiais não remontam a temporalidades tão longínquas quanto o da sociedade castrense, apesar dessa relação ser intimamente imbricada durante o período da Ditadura Militar, a verdade é que o primeiro órgão de informações<sup>6</sup> brasileiro vem a existir apenas ao final da segunda década do século XX, período esse em que as Forças Armadas já eram uma organização consolidada em nosso pleito oficial. Dessa forma, é preciso compreender quais foram os antecessores do aparato informacional vigente durante a ditadura militar assim como as divergências existentes entres órgãos.

No ano de 1927, tem-se no Brasil a primeira atividade registrada oficialmente com vistas de exercer a prática de recolhimento de informações, criado pelo então presidente Washington Luís, o Conselho de Defesa Nacional (CDN), detinha enquanto sua responsabilidade, analisar e organizar os dados referentes aos aspectos financeiros, econômicos, militares e morais relacionados a Pátria. Tais atribuições se davam por conta do contexto político e econômico nacional - revoltas tenentistas e surgimento do movimento operário - e internacional - Revolução Russa e as crises financeiras que acarretaram na quebra da Bolsa de Valores de 1929. Contudo, esse conselho encontrava-se ordinariamente duas vezes ao ano, denotando a pouca integração entre os agentes, além de pouca importância dado pelo Estado brasileiro em relação a esse órgão.

Dessa forma, no ano de 1934, durante o Governo Constitucionalista de Getúlio Vargas, buscando reorganizar de maneira oficial os órgãos federais, o então presidente criou a Comissão de Estudos de Defesa Nacional e a Secretária de Defesa Nacional, centralizando em cada pasta questões relativas à defesa da nação, gerando ainda durante esse ano a mudança de nome para Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN). Porém, após o golpe de Estado varguista, onde foi posto o período do Estado Novo em 1937, houve uma nova Constituição

---

<sup>6</sup> É utilizado neste trabalho a definição de inteligência e informações elaboradas a partir do texto de Antunes, 2001

Federal, e a partir dela surge o artigo 165, alterando o nome do órgão informacional para Conselho de Segurança Nacional (CSN), redefinindo competências e organização, como comissões de estudos nos ministérios civis (Antunes, 2001).

Contudo, os conselhos reorganizados por Getúlio Vargas sofriam da mesma debilidade do primeiro protótipo inaugurado por Washington Luís, apesar de ser idealizado um corpo quase que por completo com todos os membros superiores desde a cabeça aos braços - integrantes do conselho e equipe técnica -, mas faltavam-lhe as pernas - os espiões -, a principal força motriz para execução desse aparato em níveis mais abrangentes (Antunes, 2001).

Assim, com a queda de Vargas e o fim de seus quinze anos de concentração de poder, surge em evidência a figura de Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro de guerra do governo varguista, e junto a ele no ano de 1946 - em meio ao contexto internacional pós-Segunda Guerra Mundial - é estabelecido o primeiro serviço secreto brasileiro, o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), que apesar de ser um órgão civil passava pela administração e organização da sociedade castrense.

Além disso, dado o contexto da Guerra Fria e o alinhamento do Brasil com o mundo capitalista, houve o entendimento da necessidade em manter as instituições ligadas à obtenção de informações em estado permanente, com a utilização de técnicas científicas para o combate de subversões ideológicas. A partir disso, em 1949, o serviço demonstra com o estabelecimento de um decreto, e suas entrelinhas, quais os verdadeiros objetivos para a criação dessa repartição. Segundo Figueiredo, 2005, p. 51

[...] o mesmo tom vago das legislações impostas por Washington Luís e Getúlio Vargas. Contudo, era nas entrelinhas do decreto que se revelava a que tinha vindo o Serviço. O SFICI ficaria alojado, dentro do Conselho de Segurança Nacional, na seção encarregada de duas missões: levantar informações e preparar o país para a guerra. Sem motivos para lutar no exterior nem bombas atômicas para fazê-lo, as Forças Armadas voltariam seus canhões - e seu serviço secreto - para dentro do país. Os inimigos da pátria agora eram os próprios brasileiros. E ao Serviço caberia combatê-los.

Apesar do estabelecimento do serviço, apenas doze anos depois, durante o governo de Juscelino Kubitschek é que o aparato será efetivado enquanto produtor de informações, por conta do agravamento do conflito entre as nações



estadunidenses e soviéticas, havendo um trabalho em conjunto entre o SFICI e a Central Intelligence Agency (CIA), para a reorganização do aparato aos moldes americano. Essa estratégia estava ligada ao plano norte-americano de aproximação dos países ocidentais, como a iniciativa da Organização dos Estados Americanos (OEA), no qual o Brasil fazia parte (Antunes, 2001).

Contudo, com a chegada do ano de 1964 e o golpe militar que instaurou a Ditadura Militar, houve um movimento por parte desses militares golpistas de taxarem o SFICI como um serviço ultrapassado e que deveria ser posto em seu lugar um novo sistema, como exemplifica Antunes, 2001, p.50:

A quase inoperância deste Serviço é um ponto praticamente comum entre os oficiais que depuseram. Segundo o depoimento do general Carlos Tinoco, chefe do EME durante o governo José Sarney e que em meados de 64 participou da operação de ocupação das dependências do SFICI, o serviço não tinha praticamente nenhum peso.

Todavia, para a referida autora:

Não se justifica a hipótese da queda do governo Goulart em função da ineficiência do SFICI. O golpe estava sendo articulado principalmente por militares, ainda que contasse com grande apoio da sociedade civil e eram militares os que praticamente monopolizavam a atividade de inteligência do país. Cabe refletir se o serviço era realmente ineficiente ou se não seria de seu interesse manter o governo alheio a uma parte de sua produção de informações. (Antunes, 2001, p. 51)

Ou seja, o que se tem hoje enquanto comprovação histórica é a não comprovação do teor de sofisticação e refinamento das informações, junto a um movimento por parte dos militares golpistas em deslegitimar a qualidade do serviço em detrimento de seu sistema de informações.

E sobre esse sistema, tem-se logo após o golpe civil-militar<sup>7</sup> a solicitação do general - na época em reserva - Golbery do Couto e Silva - um dos principais intelectuais<sup>8</sup> para o meio castrense, ex-integrante da ESG e um dos idealizadores da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) - para o então presidente Humberto

<sup>7</sup> Nosso trabalho dialoga com a visão de Fico, 2001. Onde entendemos o golpe enquanto civil-militar por conta do apoio de setores civis no momento do golpe, mas que o regime em si se deu a partir do controle dos militares.

<sup>8</sup> Apesar dessa suposta intelectualidade ser contestada por autores como: SEIXAS, Ivan. **General Golbery e o entreguismo militar brasileiro**. Paraná: CRV, 2022.

Castelo Branco, a apresentação ao Congresso de um projeto para um novo serviço de informações, visando a consolidação do novo regime.

Dessa forma, no dia 11 de maio de 1964, o general Castelo Branco apresentou o plano para criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), culminando um mês depois, no dia 13 de junho, o nascimento do “monstro” que viria a ditar as rédeas da sociedade de informações durante a Ditadura Militar (Figueiredo, 2005, p. 131). Denotando a necessidade e importância que esse órgão viria a ter durante o regime, haja vista, antes mesmo da lei de criação do SNI ser promulgada, o general Golbery do Couto e Silva, o primeiro ministro-chefe do SNI, já possuía um escritório na sede do Poder Executivo Federal (Antunes, 2001, p. 52)

Buscando atribuir uma maior efetivação de sua finalidade, o órgão foi posto diretamente subordinado à Presidência da República, algo que não ocorria com o SFICI, denotando uma primeira disparidade na forma de comando, relegando o caráter crucial do aparato, por exemplo, ao transformar o chefe do SNI em um ministro-chefe, dado o status de ministro, com exceção apenas do poder de veto relegado aos ministros de maneira geral. Porém, mesmo com as acusações dos militares em taxar o serviço anterior como arcaico ou pouco efetivo, ainda assim, foi incorporado todo o acervo, funcionários civis e militares, que constituíam o corpo operacional do SFICI.

Desse modo, visando abranger o vasto território geográfico brasileiro, o SNI adotou uma estratégia que o diferenciava dos serviços anteriores, fazendo-o ser esse aparato de grande prospecção informacional, que foi a aprovação do artigo 5º de seu regulamento, no qual ditava a estrutura a ser seguida pelo sistema, visando uma Agência Central que reuniria as informações produzidas de maneira flexível, a partir da criação de quantas Agências Regionais fosse preciso.

Nesse prisma, tem-se a Agência Central sediada no Distrito Federal - apesar de ter sido posta inicialmente no estado do Rio de Janeiro -, enquanto as regionais estavam alocadas por todo o Brasil, principalmente nas grandes capitais brasileiras - inicialmente foram abertas a de São Paulo e Rio de Janeiro, e com o passar dos anos permeou por outras capitais como Recife e Salvador totalizando doze agências -, mas também em cidades consideradas importantes para o regime.

Além disso, suas agências passavam por um processo de divisão em três seções, sendo a primeira delas a Seção de Informações Estratégicas, com a

finalidade de organizar a investigação e a coleta de dados que lhe fossem solicitados, assim como compilar, analisar e manter em dia as informações obtidas. Havia também a Seção de Operações Especiais onde conduziam investigações especializadas de informações e colaboravam no planejamento de ações a serem efetuadas com outras instituições.

Por fim, a Seção de Segurança Interna, que passou a assumir o papel das Divisões de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Federal, no que tange o tratamento aos assuntos de segurança interna, ao passo que cabia reconhecer e analisar os conflitos presentes ou possíveis que pudessem influenciar a segurança nacional e efetuar a análise e a divulgação apropriada dos estudos realizados.

Nesse sentido, no ano de 1970 o regime dos militares incrementou mais uma mudança visando a flexibilização e a capilaridade do sistema pelo território nacional, a criação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), no qual visava pôr o SNI como o seu principal serviço de informações, sendo responsável inclusive para elaborar a doutrina nacional de informações. Havia também o apoio de outras repartições de serviços específicos, criando uma cadeia informacional com alta capacidade de compartilhamento, a partir da determinação do 1º Plano Nacional de Informações (PNI).

Dentro desse sistema existiu ainda, o Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Civis, o Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Militares e o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM), sendo esses dois últimos considerados como “órgãos mistos” por Fico (2001, p. 92), dado o caráter de recolhimento de informações, além de agirem em operações de segurança, ou seja, executando ações de violência - algo que o SNI era impedido de fazer por estatuto. Contudo, o autor realça também que a produção de informações feitas pelos órgãos estritamente informacionais, causavam juntamente um processo de repressão pois

O SNI, as DSI's e todos os demais órgãos de informações compunham a “comunidade de informações”. Seu material básico, como não poderia deixar de ser, era a “informação”, isto é, dados sobre quaisquer questões ou pessoas de interesse do regime. [...] Quase todo documento produzido pela comunidade de informações recebia uma classificação de sigilo: “reservado”, “confidencial” ou “secreto”. Uma das atividades mais corriqueiras desses órgãos era a produção do “levantamento de dados biográficos”, uma ficha que indicava o perfil ideológico e as atividades políticas das pessoas, indispensável à nomeação de alguém para um cargo público. Uma “ficha conceito” pretendia avaliar a inteligência, o caráter e o

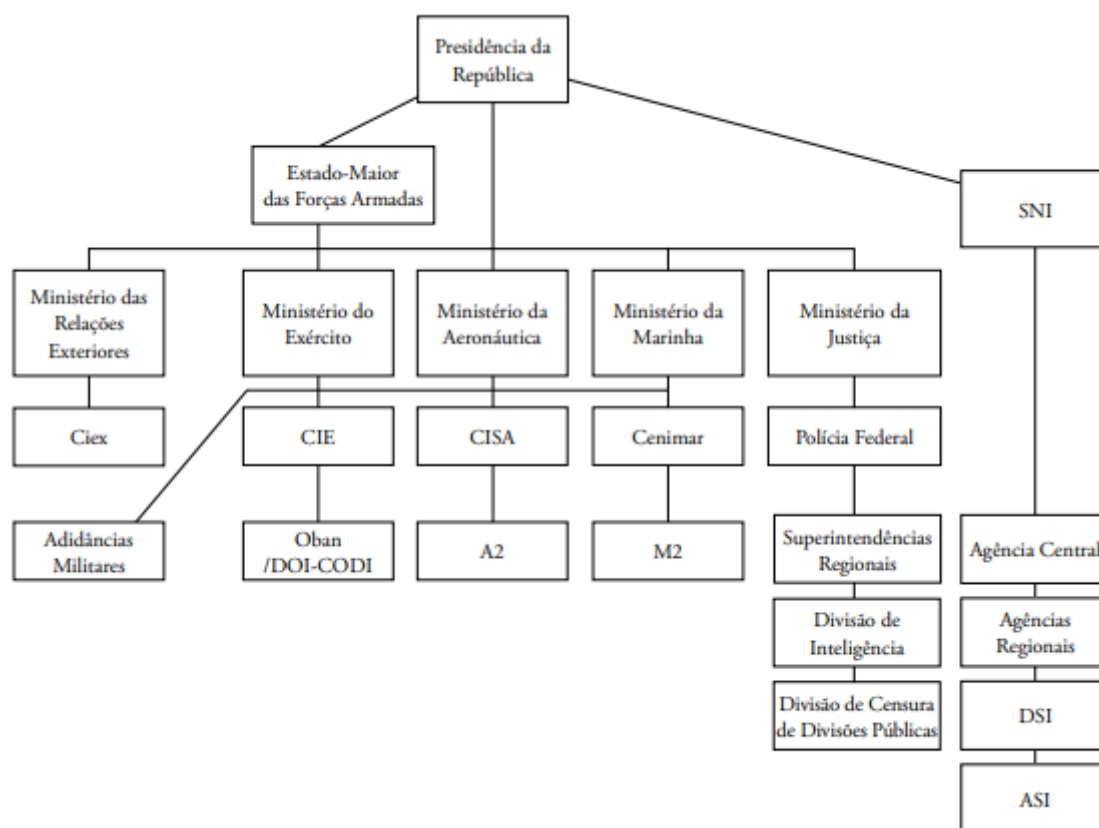
conceito profissional dos indivíduos. Não é difícil imaginar a que vilanias não serviram esses documentos, pois são conhecidos os casos de pessoas impedidas de tomar posse de cargos públicos em função de perseguições políticas impelidas através da comunidade de informações. (Fico, 2003, p. 179)]

Além dessas repartições que integravam o SISNI, haviam ainda divisões e seções de informações em todos os Ministérios Cíveis - como o da Justiça, do Interior, do Trabalho e entre outros -, nos quais detinham a nomenclatura de Divisões de Segurança e Informações (DSI's). Poderiam ainda ter repartições ainda mais fragmentadas, que compunham as DSI's, que eram as Assessoria de Segurança e Informações (ASI), também conhecidas como Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI).

Vale ressaltar que essas divisões não estavam presentes apenas nesses ministérios, podendo ser encontrados em outras repartições públicas de grande importância, como eram as universidades federais, que acabavam por ser vigiadas de perto através desses mecanismos desenvolvidos a partir da PNI.

Nessa perspectiva, tem-se ainda os órgãos existentes dentro dos Ministérios Militares inerentes às subdivisões das Forças Armadas, como, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, os quais desenvolveram aparatos de espionagem próprios. A fim de compreendermos como se deu essa malha de informações vigentes a partir do PNI e com o surgimento de tantos aparatos informacionais, o esquema abaixo idealizado pela Comissão Nacional da Verdade demonstra de maneira didática a complexidade do sistema:

**FIGURA 2** - Gráfico hierárquico concernente ao SISNI durante o período da Ditadura Militar



(FIGURA 2) **Fonte:** Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014, p.113, V. 1)

Sobre os órgãos inerentes às Forças Armadas, o precursor desses foi o Serviço Secreto da Marinha (SSM), que agia de maneira não oficializada até passar pelo processo de regularização em 1955 ao transformar-se em Serviço de Informações da Marinha (SIM). Porém, dois anos depois, a partir de um processo de repartição desse órgão, ele recebeu a nomenclatura que viria a ser conhecida durante a Ditadura Militar, em 1957, foi instaurado o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), considerado “o mais fechado, mesmo para os oficiais de outras forças que também trabalhavam na área de informações durante a ditadura” Antunes, 2001, p. 63).

Assim como a Agência Central do SNI, esse centro se organizava em subdivisões para articular o processo de colheita de informações, sendo eles: a seção de busca de informações, a de registro de informações, a de seleção de

informações e a seção de serviços gerais. Além disso, outro fator apontado por Antunes (2001), é o caráter invasivo desse serviço, que recebia reclamações e passou por imbróglis por suspeitar e chegar a espionar membros da alta cúpula da Marinha, colocando seus agentes infiltrados em embarcações. Por esse fator, e por ser considerado uma trava na ascensão militar, o CENIMAR ao contrário do SNI não era um órgão no qual os militares cobiçavam estar ou se sentiam confortáveis, pelo contrário, havia uma grande rotatividade no centro por conta dessa insatisfação dos oficiais que lá chegavam.

Posteriormente, foi a vez do exército criar seu órgão de informações próprio, haja vista, a seção designada com essa finalidade era a 2º Seção do Estado-Maior, todavia, os militares do período entendiam que faltava a este órgão mecanismos para agir com maior velocidade e eficácia em relação aos fatos apurados (Antunes, p. 63). Dessa forma, grande parte do pessoal que compunha essa seção, passa em 1967, a integrar o novo Centro de Informações do Exército (CIE), que inicialmente se mantinha com a limitação de ser subordinado ao Estado-Maior do Exército (EME), mas que apenas um depois foi remanejado para o Ministério do Exército.

Em relação a esse centro, é válido exemplificar as proporções que foram tomadas desde a sua regularização, agrupando notoriamente o maior quadro de funcionários dentre os serviços das forças armadas. Além disso, dado o crescimento exponencial do centro a partir do governo Emílio Médici (1969-1974), envolto da retórica e planejamento do então ditador do país em superdimensionar e combater à luta armada (Fico, 2017), o CIE nasceu e cresceu rodeado pela premissa de combate ao inimigo interno. Tal característica demonstra a disparidade entre os serviços da Marinha e do Exército, haja vista, esse primeiro nasce com a finalidade de proteger à Pátria do inimigo externo e das nações rivais a brasileira, enquanto o segundo sempre objetivou a caça e o combate ao inimigo interno, recebendo um vasto fundo federal para a realização dessas grandes operações.

Sobre o aparato informacional referente a Aeronáutica, é notável a delonga para sua criação, quando comparado às demais forças, porém, é possível perceber também que essa demora esteve acompanhada de uma maior radicalização dos agentes que o formavam, ou pelo menos, era assim que os militares de fora desse serviço o viam. Este era o Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-SISA), criado em julho de 1968, mas que passou por um

reordenamento, extinção e mudança de nome para o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). Liderado pelo brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, imerso nas ideias anticomunistas e de Segurança Nacional propagadas pela Escola de Inteligência Militar do Panamá, radicalizou o órgão a ponto de colocar em cheque a integridade de militares de diversas patentes causando fissuras entre esses personagens.

“O CISA teria passado a extrapolar seus limites, interferindo no comando de outras áreas sem autorização e conhecimento do oficial responsável. Normalmente, os oficiais de informações eram propostos pelo comandante, mas antes eram aprovados pelo CISA. Não bastasse esta aprovação, o CISA passou a nomear secretamente pessoas para a função de informações. Estes agentes repassavam ao CISA relatórios exclusivos, informações secretas, sem o conhecimento de seu superior. Isto era grave, pois dentro das Forças Armadas, a indisciplina e a desobediência hierárquica eram (são) as piores faltas cometidas. De acordo com o ex-ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, o chefe de informações passou a ter tanta força quanto um comandante. Os comandantes passaram a ser espionados pelo próprio CISA.” (Antunes, 2001, p. 72)

Por fim, gostaríamos de evidenciar como o acervo usado durante a pesquisa, referente a Agência Regional Recife (ARE), insere-se nesse emaranhado de informações e serviços de espionagem, uma vez que, dentro do aparato do SISNI a documentação de diversos serviços secretos passavam pelo repositório dessa agência regional, desde informações produzidas pelos Ministérios Militares até documentações advindas de ASI's de universidades federais, como é o caso do presente trabalho.

## **1.2: O SNI e as universidades pernambucanas**

Em proporções nacionais, o ensino superior brasileiro sofreu de maneira quase imediata ao golpe com ataques às universidades e seus respectivos sujeitos, a partir do Ato Institucional nº1 (AI-1) que deu início a conhecida “Operação Limpeza”, uma estratégia idealizada pelos militares para “limpar” os órgãos públicos do agentes comunistas e daqueles considerados subversivos. Dessa forma, através de um aparato legal concedido no dia 09 de março de 1964, a comunidade acadêmica e principalmente os movimentos estudantis sofreram com expurgos das universidades, violência física e prisões arbitrárias. (Motta, 2014).

No contexto das universidades havia ainda uma busca por uma modernização - autoritária - das instituições, pois como os militares detinham o desejo de desenvolver a indústria brasileira, era preciso que novos indivíduos especializados fossem preparados para suprir essa demanda do capital. Assim, para manter o plano em curso de livrar essas instituições do comunismo, foram tomadas outras medidas além do primeiro ato institucional, e uma das promulgações mais emblemáticas do período foi a lei Suplicy de Lacerda, que entrou em vigor no penúltimo mês de 1964, colocando todas as entidades representativas dos estudantes sob a alçada do Ministério da Educação (MEC), institucionalizando e desestabilizando a organização estudantil.

Nesse prisma, outro fator determinante para a voracidade dos militares para com o ensino superior brasileiro será a ideia de que esse ambiente estaria ligado às ideias esquerdistas, encontrando um ponto de resistência ao regime militar. Segundo Motta, 2014, p. 23

Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista, o perigo iminente de que o Brasil deveria ser salvo, e que mobilizou muitos, sobretudo nas corporações militares, a se levantar em armas contra o governo Goulart, acusado de tolerar ou, pior ainda, de se associar aos projetos revolucionários.

Por isso, a partir desse entendimento, os serviços secretos, com ênfase no SNI, serão postos para fazer valer as leis promulgadas contra esse tipo de subversão, e entre elas, uma das mais famosas está o AI-5, o qual teve uma das piores consequências para os indivíduos afetados por ela, a partir do final de 1968.

Essa alegação por parte dos militares não era de toda infundada, pois em um contexto nacional é possível perceber a presença das principais organizações estudantis detendo em suas lideranças pessoas afinadas a essa ideologia política, como na União Nacional dos Estudantes (UNE), provavelmente influenciados pelo contexto internacional da recente vitória revolucionária cubana e a articulação com os diversos movimentos sociais existentes naquele momento (Motta, 2014. p. 23). Em relação ao cenário pernambucano é possível perceber essa ligação ao identificarmos as principais lideranças das organizações estudantis, e detectarmos seus vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP), que



disputavam entre si a posição de principal liderança das organizações (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC-PE), v.II, 2017, p.230.)

Porém, os estudantes não foram o único grupo a ser atingido pela Operação Limpeza e as respectivas leis que vieram a ser promulgadas para a sua efetivação. Outro núcleo muito visado pelos militares foram os docentes, e os reitores que não estivessem alinhados com a perspectiva militar, esses acabavam por ser mais visados por existir uma ala mais conservadora do que progressista, havendo denúncias entre colegas de departamento e até mesmo críticas públicas. Nesse sentido, dado o contexto pernambucano, a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC-PE), localizou o nome de alguns desses docentes a serem expurgados já no primeiro momento do golpe, haja vista a pressão exercida pela lei Suplicy de Lacerda

Assim professores e funcionários, da então Universidade do Recife, foram punidos com demissões, dispensas, exonerações, “renúncias voluntárias” à diversos cargos e aposentadorias compulsórias, conforme foi apurado ao longo do trabalho da CEMVDHC, de acordo com a relação abaixo

Diário Oficial do dia 18 de junho de 1964.

Exonerado: João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, após ter renunciado ao cargo de reitor

Diário Oficial do dia 9 de outubro de 1964.

Aposentados: Amaro Soares Quintas (preso), Amaury Vasconcelos, Antonio Bezerra

Baltar, Arnaldo Cavalcanti Marques (preso), Arthur Eduardo de Oliveira, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, Jomard Muniz de Brito (preso), José Laurênio de Mello, Luiz de França Costa Lima, Paulo Regeus Neves

Freire, Pelópidas da Silveira. Demitidos: Juraci da Costa Andrade, Luiz de França Costa Lima, Paulo Regeus Neves Freire.

Dispensados: Amaro Carneiro da Silva,

Miriam Campelo, Paulo Pacheco da Silva, Roberto de Moraes Coutinho.

Exonerado: Newton da Silva Maia. (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC-PE), v.II, 2017, p.226.)

Dessa forma, como também demonstra o enxerto anterior, houve a exoneração do então reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e sobre esse caso emblemático é preciso darmos alguma atenção. Pois, apesar de estar nessa posição de notoriedade, o então reitor não detinha de uma base de apoio forte, pelo contrário, recebia uma perseguição notória pelos setores conservadores da

sociedade civil, através de ataques pelos jornais e outros meios, o episódio mais simbólico foi a publicação de artigos áspers por parte do sociólogo pernambucano

Como já dito, sob fogo cruzado dos militares e da imprensa conservadora local, representada pelos dois maiores jornais da cidade, foram publicados artigos virulentos do sociólogo e escritor Gilberto Freyre que cobrava dos militares o afastamento do reitor em virtude de o mesmo, segundo o escritor, favorecer a expansão de ideias esquerdizantes difundidas por supostos comunistas nos diversos órgãos da administração central. Não suportando a violenta pressão, João Alfredo renuncia ao cargo de reitor em junho de 1964, assumindo o então vice-reitor professor Newton da Silva Maia, com o único objetivo de “organizar e realizar a eleição do novo reitor”, uma vez que o mesmo era considerado pelos militares e por muitos dos seus colegas professores, como inadequado para assumir o cargo devido as suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro. (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC-PE), v.II, 2017, p.225.)

O que reforça a ideia de Motta (2008), sobre a não existência de reitores ou diretores críticos a ditadura, haja vista, a não possibilidade de expor ou até mesmo dar a entender esse tipo de ponto de vista, pois acarretaria quase de imediato a reações como essas demonstradas pela CEMVDHC-PE, exonerando ou obrigando a renunciar esses nomes divergentes.

Com isso, surge a necessidade de visualizar o processo pela troca de reitores por interventores, algo que ocorreu de maneira generalizada por todo país, sendo sentido até mesmo na principal universidade de Pernambuco. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014) demonstra que dentre os interventores ocorreu desde figuras militares, como foi o caso do estado vizinho, a Paraíba com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a casos de personalidades simplesmente apoiadoras do novo regime, como ocorreu na Universidade de Recife

Nesse sentido, a eleição e nomeação, pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) do reitor Murilo Humberto de Barros Guimarães, tendo como vice-reitor Jônio Santos Pereira e Lemos, atendeu favoravelmente aos interesses dos golpistas garantindo ao longo de sete anos desse reitorado, o “equilíbrio político necessário” para a implantação do Projeto de Reforma Universitária elaborado pelo governo militar, que contou com a participação fundamental da pró-reitora acadêmica, prof.<sup>a</sup> Maria Antônia Amazonas Mac Dowell, nomeada por Murilo Guimarães com esse objetivo. Ressalte-se a presença fundamental dessa professora na história da Universidade Federal de Pernambuco, atuando em diversos cargos, sempre próxima ao reitor em exercício e nas articulações de bastidores em todos os reitorados, fossem eles dos mais à direita, dos mais ou menos autoritários, até dos mais flexíveis, nos tempos do chamado período de abertura lenta e gradual do

governo militar. (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC-PE), v.II, 2017, p.226.)

Além disso, outro pretexto por parte do governo - para além de uma suposta infiltração comunista nas universidades - para uma intervenção tão contundente nas universidades se deu por conta do contexto da época referente a reformas dentro das instituições, que passavam desde questões físicas relacionadas a manutenção dos locais até reformas administrativas sobre como organizar o corpo das disciplinas

Embora fosse reconhecida por todos a necessidade de mudanças nas universidades, não havia unanimidade em relação ao projeto de reforma a ser implantada. Os debates se sucediam principalmente por iniciativa do movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes (UNE). Muitos foram os seminários realizados promovendo-se lentamente o processo de gestação da reforma universitária que deveria envolver, além das necessárias mudanças no ensino, a garantia de uma maior participação estudantil nas diversas instâncias do poder, engessada até aquele momento pelo sistema de cátedra, instituto promotor de uma política de compadrio na admissão de docentes que criou verdadeiros feudos nas escolas então existentes. (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC-PE), v.II, 2017, p.223.)

Ou seja, as reformas eram uma demanda válida tanto dos estudantes quanto por parte de alguns docentes que eram prejudicados com o sistema vigente até o momento.

Todavia, durante o processo de modernização autoritária a Ditadura Militar não levou em conta as reivindicações da sociedade acadêmica, levando em conta apenas estudos de intelectuais estrangeiros e selando os acordos que viriam a ser conhecidos como MEC-USAID - sigla referente ao Ministério da Educação em parceria com o órgão estrangeiro United States Agency for International Development (USAID) -. Dentre os acordos fechados entre os dois países - Brasil e Estados Unidos -, ficou acertado mudanças como a criação dos programas de pós-graduação - que eram quase inexistentes no período -, implementação do sistema departamental em detrimento das cátedras, organização da carreira docente, incentivo a pesquisa e fomento aos setores privados.

Ademais, visando conquistar a disputa ideológica contra o setor comunista dentro da própria classe discente, a verba relacionada aos acordos MEC-USAID financiarão a ida de alguns estudantes para os Estados Unidos da América, abarcando desde discente inclinados a esquerda até os de direita, a fim de mudar a

perspectiva política daqueles contrários ao modelo liberal e reforçar naqueles que já apoiavam o regime

Importantes lideranças estudantis participaram, em anos distintos, do intercâmbio, entre os quais Marco Antonio de Oliveira Maciel, José Francisco Rezek, Aloysio Nunes Ferreira, Cristovão Buarque, Roberto Freire, Eduardo Chaves Pandolfi, João Bosco Tenório Galvão, José Antonio Guimarães Lavareda Filho e mais outros. Segundo alguns estudantes, tratava-se de tentativas de cooptação visando arrefecer a mobilização estudantil contra os acordos mantidos com os americanos, particularmente o MEC-USAID, ou seja, uma espécie de “lavagem cerebral”. (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC-PE), v.II, 2017, p.229.)

Entretanto, com vistas a fazer valer a superioridade ideológica, a principal estratégia militar foi a utilização do método coercitivo. Sob essa ótica, foi consenso para esses agentes que a lei anterior que visava coibir a organização estudantil - a lei Suplicy de Lacerda - não estava obtendo êxito, pelo contrário, o que se percebia era uma forte reação a lei, instigando o sentimento de reprovação ao governo e um caráter de rebeldia, por parte dos discentes (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC-PE), v.II, 2017, p.228.). Desse modo, foram pensados dois dispositivos legais para coibir a organização estudantil e punir severamente os indivíduos que delas participavam, tornando-se ainda mais hostil aos que estavam em posição de destaque nesses movimentos o primeiro deles foi o Decreto-Lei nº 228, de 29 de fevereiro de 1967

[...] conhecido como Decreto Aragão, numa referência ao então ministro da Educação e Cultura, Raymundo Augusto de Castro Moniz Aragão, revogou-se a Lei Suplicy endurecendo ainda mais o controle sobre as entidades estudantis. Mantida a essência da lei anterior, foram criados os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais dos Estudantes, com o objetivo de inibir organizações estudantis que não se enquadrassem nesses modelos, como era o caso das uniões estaduais dos estudantes (UEEs), e ainda regulamentava o processo decorrente da dissolução dessas instituições para que fossem direcionadas em favor dos DCEs. (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara de Pernambuco (CEMVDHC-PE), v.II, 2017, p.228-229.)

Após a criação dessa lei que dava as rédeas dos movimentos estudantis para o Governo Federal, atribuindo-lhe um caráter oficial e não mais orgânico e politizado, esses grêmios estudantis deveriam agora prover as necessidades mínimas dos estudantes, passando por dura fiscalização dos reitores e suas ASI's. Contudo, os militares não enxergavam no Decreto Aragão a solução para os seus problemas, e

foi incrementado uma lei ainda mais severa para os discentes tidos como subversivos. O Decreto-Lei nº 477, promulgado em fevereiro de 1969, também conhecido como o AI-5 das universidades, foi o mais violento aparato legal contra a comunidade acadêmica, pois

Através dele, qualquer manifestação de caráter reivindicatório, grevista ou político em geral, praticado por alunos, professores ou funcionários da rede pública ou particular de ensino, seria punida por penas que variavam da dimensão ou proibição de contratação por 5 anos, expulsão e impedimento de nova matrícula por 3 anos, ao banimento do país, no caso de estrangeiros. (Cittadino, 1993, p. 10)]

Assim, após essas ondas de decretos e leis de perseguição aos núcleos estudantis, bem como a repressão violenta acompanhada desse aparato legal, Motta (2014) demonstra que a Operação Limpeza deteve certo grau de êxito perante o contexto acadêmico, uma vez que protestos e greves por partes dos discentes praticamente sumiram do mapa após o ano 1970. Ainda segundo ele, até mesmo durante o período da distensão política não foram mais vistos expurgos das instituições sobre pretextos legais, sendo utilizada amplamente a estratégia de bloqueio anterior ao momento de admissão ou contratação de perfis considerados subversivos e comunistas, a partir do amparo informacional dos serviços secretos que constituíam as universidades.

Com relação a esse mesmo aparato informacional, surge a necessidade de entendermos melhor como se deu a presença do serviço secreto nessas instituições de ensino. A partir desse contexto de decretos-lei buscando a total expulsão de sujeitos subversivos, em todas as universidades federais foram postas as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI's ou ASI's), servindo como uma extensão do SNI nos ambientes acadêmicos. Essas assessorias faziam a triagem inicial para o processo de admissão de novos integrantes universitários, sejam eles discentes, docentes ou funcionários administrativos, buscando negar quaisquer pessoas que não estivesse nos moldes da ditadura.

Porém, é preciso entendermos que as Assessorias Especiais de Segurança e Informação eram apenas o último estágio de uma cadeia hierárquica maior, voltada para o sistema de informações, pois estas estavam submetidas a Divisão de Segurança e Informações (DSI), que por sua vez eram características de todos os Ministérios Cíveis, agrupando o grande número de ASI's espalhados pelo

país. Dessa forma, o Ministério Civil que a DSI das universidades estava ligada era o Ministério da Educação o MEC, que teve papel central nos movimentos de expurgos e proibição do acesso à educação superior pública para diversos indivíduos durante o período da Ditadura Militar (Fico, 2001, p. 84). De acordo com Motta, 2014, p. 195

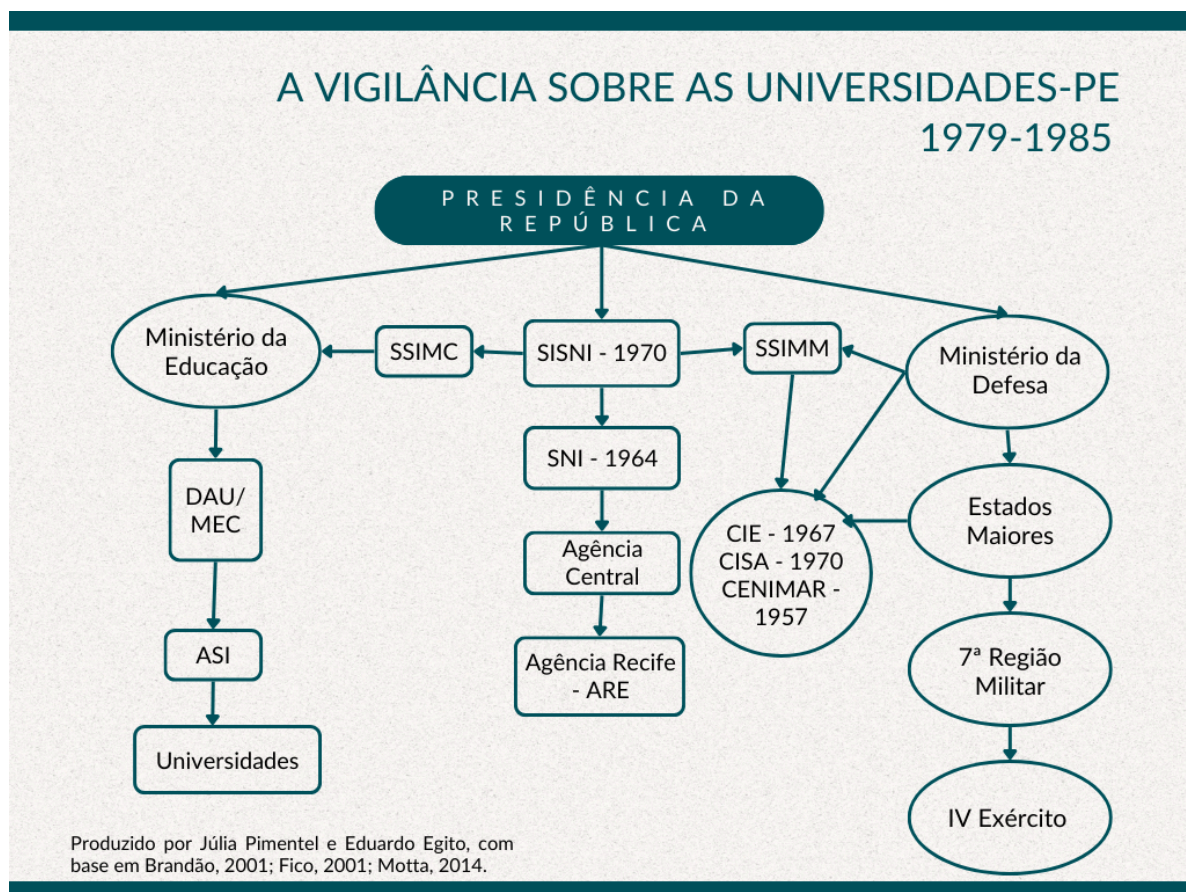
A DSI do Ministério da Educação e Cultura foi uma das maiores e mais importantes, naturalmente, graças à vigilância sobre as universidades. Em meados dos anos 1970, a DSI/MEC possuía aproximadamente sessenta funcionários e ocupava meio andar no edifício na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Seu corpo funcional contava com analistas de informação e analistas de segurança, e atuava a partir da seguinte estrutura: Direção, Seção de Informações e Contrainformação (Sici/DSI), Seção de Segurança Nacional e Mobilização (SNM/DSI) e Subseção de Apoio Administrativo (SSAA/DSI).

Ou seja, era um dos principais braços do SNI dentre os Ministérios Cíveis, financiando inclusive uma prática que impunha forte teor de controle do sistema de informações sobre a administração dessas instituições, haja vista, a pressão exercida perante os próprios reitores.

Essa pressão pode ser percebida ao passo que os integrantes das Assessorias de Segurança e Informações, estavam lado a lado durante o trabalho dos reitores, sendo inclusive nomes que passavam pela filtragem desses indivíduos, contudo, eles ainda permaneciam subjugados às DSI's, então mesmo que fossem escolhidos nomes de confiança dos reitores, eles não estavam completamente sob tutela desses personagens. Além disso, essas ASI's eram pequenos grupos, formados na maioria das vezes por oito agentes - apesar de nem todas as assessorias vigentes no país serem iguais -, funcionando em torno da sala do próprio reitor. Dessa maneira, dado a proximidade com que esses sujeitos estavam desses reitores existia uma pressão constante do DSI/MEC para fazer valer as diretrizes impostas pelo Plano Setorial de Informações, (Motta, 2014, p. 198) e para compreender melhor a organização hierárquica do SNI relacionada às universidades idealizamos o fluxograma abaixo.<sup>9</sup>

**FIGURA 3** - Gráfico hierárquico concernente ao aparato de vigilância perante as Universidades durante o período da Ditadura Militar

<sup>9</sup> Fluxograma idealizado por minha parceira de PIBIC Júlia Pimentel e eu, com a orientação do Dr. Paulo Giovani [\[acrescente: Antonino Nunes\]](#).



(FIGURA 3) **Fonte:** (EGITO; PIMENTEL, 2024)

Nesse sentido, por ser delegado a maior parte das vagas relacionadas às Assessorias de Segurança e Informações aos indivíduos civis, eram necessários que estes passassem por um processo de formação a fim de torná-los tanto subservientes a lógica castrense de hierarquia e ordem, quanto no aspecto técnico para transformá-los em sujeitos capazes de angariar as informações requisitadas pelas posições mais altas da sociedade de informações. Assim, esses servidores eram obrigados a passarem pela Escola Nacional de Informações (EsNI), bem como eram instruídos por outros materiais disseminados pela Divisão de Segurança e Informação.

Dentre esses materiais era possível perceber conteúdos de caráter alarmista, e altamente inflamados sobre o poderio que teriam os comunistas, mesmo após todo o processo da Operação Limpeza, dentre os mais conhecidos - alguns motivos de ironia, dado o teor exagerado do documento - estão: Como eles agem, Manual sobre guerra psicológica, Manual de Informações e Contrainformações, Manual de

segurança das comunicações e Como identificar um usuário de drogas. Títulos esses que demonstram a preocupação desses órgãos com a identificação de padrões ligados aos indivíduos subversivos, haja vista, tratavam de assuntos desde guerra psicológica a uma busca de padrões relacionados ao uso de entorpecentes - estratégia amplamente usada pelos agentes dos serviços de informação para desqualificar determinados sujeitos (Motta, 2014, p. 198).

Desse modo, fica evidente que dentro da grande malha de informações no qual estava envolto o complexo Serviço Nacional de Informações, as universidades que detinham um papel estratégico de grande importância para os militares, precisando ser inserido nessas redes de comunicação, e é assim que apareceram as Assessorias de Segurança e Informações, incumbidas de fazer valer a série de violações, censuras e transgressões sentidas no seio da sociedade civil, também dentro dos “muros das universidades”.



## **CAPÍTULO 2: A VIGILÂNCIA SOBRE A COMUNIDADE ACADÊMICA PERNAMBUCANA**

### **2.1: AÇÃO DOS DOCENTES EM PERNAMBUCO E A VIGILÂNCIA DO SNI**

O documento **ARE\_ACE\_3233\_82**. Fundo SNI - Agência Recife, categorizado como do tipo “informação”, que apesar de breve relata um importante panorama em relação aos docentes estrangeiros no Brasil, pois é importante ressaltar que o começo do regime militar se caracterizou pela forte tentativa em modernizar não só a estrutura acadêmica como também o corpo acadêmico com a entrada de professores estrangeiros, buscando um maior número de pós graduandos na nação, para assim desenvolver o campo da pesquisa. Nesse prisma, é possível observar o estabelecimento de professores como “Judith Chambliss Hoffnagel”, uma norte-americana que no ano de 1982 esteve na vice-coordenação do curso de Letras e Linguísticas da UFPE, ou seja, em um cargo de formação de graduandos. Outro nome que também aparece é do importante historiador brasilianista Marc Jay Hoffnagel - mesmo sobrenome da Judith, porém não foi possível averiguar o grau de parentesco -, o norte-americano era o coordenador do mestrado em História pela mesma instituição. Por conta da nacionalidade de ambos os docentes é imprescindível citar os acordos MEC-USAID, no qual serviram como uma ponte de aproximação entre os militares brasileiros e o governo estadunidense, onde dentre várias medidas previa também a facilitação de recursos e troca de material humano entre as duas nações a fim de promover o intercâmbio acadêmico.

Todavia, após o passar dos anos e a perda de poder dos militares castelistas no seio das decisões políticas e com a consequente ascensão dos ditos linha-dura, que para além do recrudescimento do regime - algo que os especialistas norte americanos viam como negativo para a imagem de seu país, estar associado a uma ditadura sanguinária - também provocaram medidas voltadas para uma perspectiva nacionalistas se comparado com a facção anterior, criando atritos entre as partes. O ponto alto para decretar o recuo norte-americano em relação aos acordos foi o episódio de queima de bandeiras dos Estados Unidos, onde na visão dos yankees não houve ação contundente do governo brasileiro para zelar pela imagem dos estadunidenses que viam como primordial criar uma feição de salvador do Brasil na

luta contra o comunismo, mas o que ocorreu foi uma forte aversão àquele país (Motta, 2014, p. 128).

Nesse sentido, a relação com os EUA deteriorou-se e houve o surgimento de um clima de animosidade entre os agentes do Estado e esses profissionais vindos de fora. Aliado a essas pontuações, durante a década de 60 esses acordos foram duramente criticados pela comunidade acadêmica de maneira geral, pois entendiam como um ataque imperialista à educação nacional, que buscava ditar a forma de fazer educação e pesquisa nas instituições brasileiras, bem como a venda de alguns setores educacionais para empresários estadunidenses. Desse modo, enxergo como sintomático a presença do último tópico elucidado pelos agentes do SNI dentro da documentação, onde evidenciam a preocupação em perceber se há ou não um clima de animosidade entre os docentes brasileiros em relação a presença desses professores estrangeiros em cargos de direção das universidades públicas, haja vista, que essas tensões voltadas a esses indivíduos ainda permaneciam em alguma medida.

Sobre este documento, adicionalmente é possível evidenciar a presença do historiador Marc Jay Hoffnagel como participante da programação relacionada a "Semana Nacional de Mobilização da Educação", que fez parte do evento resultante no "Dia Nacional da Paralisação" em 23 de setembro de 1981, onde os docentes junto ao apoio dos discentes reivindicavam diversas pautas relacionadas a melhorias, como, por exemplo, a reposição salarial e reajuste salarial de maneira semestral, a efetivação dos planos de carreira e etc. Vale lembrar que, esse movimento pode ser visto a nível nacional, organizado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), demonstrando que o professor estrangeiro Marc Hoffnagel, não só detinha de boas relações com seus iguais da UFPE. Mas estava também em uma posição de liderança desse movimento, ao percebermos certo grau de mobilização nacional com os demais setores docentes do país, ao participar dessa ação coordenada com outras dezoito universidades federais.<sup>10</sup>

Em diálogo com o exposto, surge-nos o documento **ARE\_ACE\_3169\_82. Fundo SNI - Agência Recife**, catalogado como do tipo "informe", tem como principal

---

<sup>10</sup> Sobre as informações da greve é possível consultá-los a partir do site: <https://andesufrgs.org.br/historico-das-greves-das-instituicoes-federais-de-ensino>. Acessado em: 09/09/2025

preocupação relatar questões centrais sobre acontecimentos e andamento de investigações. A partir disso, o documento versará acerca da greve dos professores universitários de novembro de 1981, no qual ocorreu de maneira nacional como dito anteriormente, porém, em Pernambuco foram protagonizadas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - essa segunda havia se sindicalizado a pouquíssimo tempo, mas dada a proximidade com a UFPE, foi possível o rápido engajamento nessa pauta nacional - (Almeida, 2020).

Interessantemente o informe demonstra certa incapacidade do SNI e de seus agentes em descobrir como se deu a estrutura das comissões gerais para a organização dessa greve, pois é relatada a falta de informações quanto a isso. Ponto importante para elucidar que o poderio da sociedade de informações não era hegemônico, falhando em descobrir nomes importantes de um evento que causava ojeriza aos militares. A única informação valiosa demonstrada durante a documentação é a presença dos principais nomes das associações de docentes das duas universidades, tendo do lado da Associação dos Docentes da UFPE - (ADUFEPE) a atuação do presidente e vice-presidente, além dos dois últimos presidentes dessa instituição, Silke Weber e Nilzardo Carneiro Leão. Enquanto isso, do lado da Associação dos Docentes da UFRPE (ADUFERPE) foram descobertos mais nomes, para além do presidente e seu vice, outros sete nomes foram listados, denotando uma capilarização maior por parte da ASI para extrair informações dessa instituição, quando comparada a sua vizinha.<sup>11</sup>

Apesar das buscas efetuadas, esta Assessoria não obteve a constituição das Comissões Gerais de Greve da UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE) e da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE), durante o movimento grevista nacional deflagrado pelos professores das Universidades Federais autárquicas, em Nov 81.

Todavia, entre os elementos mais atuantes durante o movimento foram identificados os seguintes:

a. Na UFPE

ANDRÉ FREIRE FURTADO (Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – ADUFEPE), HELOÍSA MARIA MENDONÇA DE MORAIS (Vice-Presidente da ADUFEPE), JOSÉ AUDÍSIO COSTA, MARIA JOSÉ BEZERRA BALTAR (ex-Presidente da ADUFEPE – gestão 1979/80), SILKE WEBER

---

<sup>11</sup> A ASI da UFRPE recebeu no ano de 1972 uma carta do DSI/MEC elogiando sua eficiência quando comparado às assessorias de outras universidades, segundo Motta, 2014, p.238.

(ex-Presidente da ADUFEPE – gestão 1980/81), NILZARDO CARNEIRO LEÃO e JOSÉ AUGUSTO CABRAL COSTA;

b. Na UFRPE

ALEXANDRE JOSÉ GONÇALVES DE MEDEIROS, FERNANDO RAUL DE ASSIS NETO (Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – ADUFERPE), ROSA MARIA FERREIRA MEDEIROS, PEDRO CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE (Vice-Presidente da ADUFERPE), GERALDO DE ARAÚJO BARRETO CAMPELLO, ANTÃO LINO DOS SANTOS, PEDRO NOBERTO DE OLIVEIRA, ROSA TERESA MACHADO MOREIRA, VALDECY FERNANDES PINTO, LUIZ GONZAGA DA PAZ. (ARE\_ACE\_3169\_82. Fundo SNI – Agência Recife.)

Outro fator revelador dentre as informações constituídas pelo SNI para com o corpo acadêmico de Pernambuco é o documento **ARE\_ACE\_3194\_82. Fundo SNI - Agência Recife**. Tratando-se de uma coletânea com diversos documentos produzidos em diferentes datas, que denotam a forte preocupação do SNI e seus agentes em produzir informações sobre os indivíduos que formavam a lista sêxtupla para a direção do Centro de Ciências Jurídicas da UFPE, pois entre os seis nomes postos a votação - determinação que vem junto aos acordos de modernização das universidades - todos tinham pontos negativos sob a perspectiva dos agentes. Seja por terem uma visão esquerdista/contrária a “Revolução de 64” ou por terem sido identificados com ações corruptas quando em cargos de poder em um momento anterior.

Nesse prisma, é possível compreender a importância dada pelo regime, personificado na figura da ASI/MEC, em relação ao processo de escolha dos diretores de centro, ao passo que as informações inter cruzam com o passado dos seis indivíduos candidatos, relegando a devida importância para todos os casos, mesmo naqueles que fossem percebidos a não possibilidade de vitória eleitoral. Demonstrando a determinação relegada às Assessorias de Segurança e Informações desde o começo da década de 1970, em promover a triagem inicial em processos de grande importância para as universidades, utilizando-se dessa documentação para a intervenção dos reitores em casos de necessidade. (Fico, 2001, p. 98-99).

Como bem demonstra o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta ao longo de sua obra *As universidades e Regime Militar* (2014), às duas principais preocupações dos sistemas de vigilância comandados pela Ditadura Militar era manter pessoas com tendências esquerdistas longe dos órgãos públicos, porém, com o caso

delicado das universidades e a necessidade de uma mão de obra qualificada intelectualmente, setores liberais ligados ao Estado conseguiam através da cultura da acomodação manter esses indivíduos. Apesar de sofrerem com diversas retaliações e praticarem autocensura, docentes com visões esquerdistas mantinham posições de relevância entre os estudantes, todavia, com a sociedade de informações mapeando seus passos alcançar voos maiores dentro da hierarquia das universidades era um ponto delicado, pois não era de interesse dos militares que isso ocorresse, gerando por diversas vezes complicações burocráticas para intervir em tentativas desse feito. Outra grande preocupação estava ligada a necessidade em não transparecer indícios de corrupção dentro das instituições públicas, pois como já foi demonstrado os militares proclamam o golpe sob uma perspectiva de pôr em ordem à pátria, entendendo que além do perigo comunista, a corrupção também havia de ser erradicada. Com isso, a possibilidade de cargos diretórios serem ocupados por pessoas com antecedentes relacionados a corrupção era algo a ser levado em conta no momento do levantamento de dados

Dessa forma, o presente documento serve como parâmetro aos tópicos suscitados, haja vista, a forma como é organizado denota as preocupações pontuadas. Assim, evoca-se a primeira figura desta lista, o professor Luiz Pinto Ferreira, de certa maneira um indivíduo que causa estranheza por conta das informações suscitadas a ele, pois em um primeiro momento é tido como um sujeito participante da ala “esclarecida” do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido pelo qual foi suplente de senador entre os anos de 1963 e 1971. Além disso, demonstrava interesse em participar das próximas eleições prestando apoio ao Partido Democrático Social (PDS) - partido alinhado à Ditadura Militar -, fazendo com que os agentes do Demec o vissem como uma pessoa que não satisfazia os desejos da esquerda.

Contudo, é dito em determinado trecho do documento que “Declara-se, segundo fontes idôneas, um marxista e socialista”, afirmação essa datada em 1980, além de haver a tentativa de desqualificação do docente, onde foi dito que participou de um movimento contra o antigo diretor do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), se utilizando de uma interpretação errônea da legislação, para poder se beneficiar, candidatando-se ao cargo logo após a deposição. Posteriormente é relatado a presença do docente em diversas assinaturas ditas de caráter “comunista”, como, o

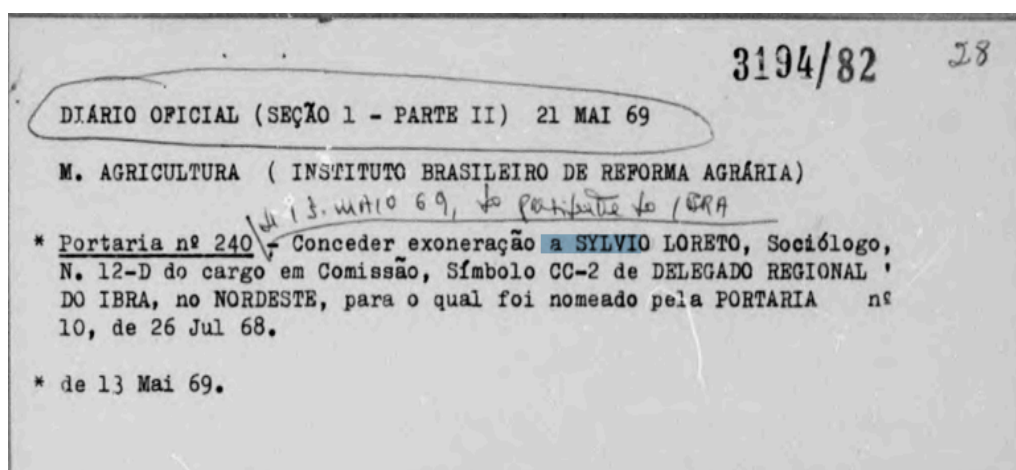
“manifesto de solidariedade ao povo cubano”, e ser tido como signatário de “todos os manifestos de caráter esquerdista, surgidos em Pernambuco, desde 1960”, além de publicar o livro acadêmico intitulado “Neo-Colonialismo e Desnacionalização da Economia Brasileira”, e outro referente a educação básica voltado para a matéria de moral e cívica, sendo um material visto como de tendências esquerdistas. Todavia, os relatos sobre Luiz Pinto Ferreira geram ainda mais controvérsias, ao ser tido como uma pessoa influenciável, como demonstrado nesta passagem do documento “É homem conservador de hábitos moderado, porém, de fácil manobra pelos líderes do MDB/PE”, atribuindo essa manipulação principalmente ao senador Marcos Freire e o deputado federal Jarbas Guimarães.

A segunda figura presente nesse processo é o advogado Ronaldo Tavares Souto Maior, tem um dos menores espaços relacionados a informação, porém, é perceptível algumas informações importantes, como, por exemplo, o período em que ele participou da assessoria do ex-governador Miguel Arraes, e talvez por isso tenha sido taxado com “tendências esquerdistas”, haja vista, não foram citados nenhum outro tipo de envolvimento político do docente. Além disso, outro tópico que suscita o debate é a presença de seu irmão, “Rildo Tavares Souto Maior” sendo catalogado como um comunista com fortes atuações no período anterior à “revolução”, não havendo informações se ele teria tido outras questões de cunho ideológico após o início da ditadura, ou se o seu irmão advogado havia participado das manifestações políticas. Por fim, é necessário pontuar a forma como os agentes da vigilância atuavam para procurar diminuir os investigados, colocando o docente como um viciado em álcool, inserindo tal informação sem nenhum contexto adicional, algo que o historiador Carlos Fico (2001) vai pontuar como uma estratégia recorrente por parte dos agentes do SNI, ao tentar imputar dados de desqualificação para seus “inimigos”.

Quando passamos ao terceiro nome, o de Sylvio Loreto, é possível perceber logo de cara um acontecimento que ocorreu dentro da comunidade acadêmica, mas que a partir dele pode ser percebido dentro de outro ramo do Estado, no IBRAR/NE, onde o advogado foi notoriamente perseguido por profissionais desse órgão, no qual acabaram por serem afastados, daí surgiu o rumor que os novos contratados a mando de Loreto eram todos comunista ou ao menos esquerdista. Essas denúncias resultaram no desligamento do docente enquanto profissional do IBRAR (Figura 4).

Dessa maneira, a ficha já o coloca como um notório comunista, catalogado desde que participou da Superintendência de Reforma Agrária (Supra) ainda no período de fase democrática brasileira. A última denúncia sobre atos relacionados ao tópico do marxismo foi datada em 1968, após isso, provavelmente com medo de sofrer maiores sanções, não foram mais registradas ocorrências contra o advogado. Ademais, é imprescindível pontuar que a maior parte das informações lançadas contra Loreto são de médio nível de confiabilidade, pois grande parte é categorizado pelas siglas C-3.<sup>12</sup>

**FIGURA 4** - Informação Nº 3194/82 Luiz Pinto Ferreira e outros



(Figura 4) **Fonte:** ARE\_ACE\_3737\_82. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa de José Américo.

Sobre Nilzardo Carneiro Leão - ex presidente da ADUFEPE - é possível identificar uma figura de pouca atuação política de cunho ideológico, mas de contundente atos contra a Ditadura Militar, proferindo em diversos eventos acadêmicos ser contra o status quo, em vigência no Brasil, por ser contrário a abusos de poder e o uso de violência física, se tratando de um humanista convicto. Além disso, ficou conhecido pela defesa de perseguidos políticos, atuando a favor

<sup>12</sup> Segundo Fico (2001, p.95) as informações variam entre “A” e “F” em níveis de fidedignidade e de “1” a “6” em níveis de veracidade. Dessa forma, o mais alto nível de confiança seria uma informação A-1, enquanto a C-3 do documento exposto revela fragilidades e possíveis inconsistências em sua fonte.

das pessoas consideradas “subversivas” pela justiça militar, o que durante a escrita do documento revela o teor de contrariedade dos agentes contra essa figura.

Quanto a Nelson Nogueira Saldanha, é demonstrada a aproximação entre ele e os discentes que exerciam atuação política voltada para a esquerda, pois em um certo evento ao ver o palestrante elogiando o governo vigente da época - a Ditadura Militar -, virou-se de costas e abandonou a sala em questão, recebendo aplausos dos estudantes que ali estavam. Ademais, é comprovada a aproximação que o docente tinha com Dom Helder Câmara, um religioso amplamente conhecido por seu posicionamento oposicionista com relevância mundial, tal aproximação foi constatada a partir de uma carta interceptada pelos órgãos de informações onde viam que Saldanha havia buscado o Dom no aeroporto, mantendo relações amigáveis com o religioso.

Sobre Paulo Rodolfo de Rangel Moreira, tem-se poucas informações, todavia, o caso de corrupção em seu nome é revelador, por se tratar de algo que Ditadura Militar via com maus olhos, como dito anteriormente. Sendo relatado o afastamento do docente de quaisquer cargos públicos entre os anos de 1970 e 1980, quando ainda empregado pelo Serviço Social da Indústria (SESI), envolveu-se em um ato de desvio de dinheiro público, diante da negação de oitocentos mil cruzeiros que haviam sido arrecadados e não constavam em caixa.<sup>13</sup>

Por fim, perceber a atuação do reitor Geraldo Lafayette Bezerra é de suma importância para visualizarmos na prática a presença da cultura política da acomodação entre os personagens desse período, pois como demonstrado no capítulo anterior, os indivíduos que ocupavam a posição de reitor das universidades não podiam declarar abertamente divergências ao regime, mesmo que dentro do contexto de abertura política. Nesse sentido, apesar de o reitor sofrer com pressões do governo militar para não proteger indivíduos “subversivos” é demonstrado pela documentação que essas pessoas não só estavam dentro da universidade como também detinham de certa proteção do reitor, ao passo que participavam dessas tentativas de alçar postos de poder dentro da UFPE. Como nesse caso emblemático citado nos últimos parágrafos, no qual todos os seis candidatos eram tidos como de

---

<sup>13</sup> Apesar de a documentação imputar o referido investigado como corrupto, é importante ressaltar que essa era uma prática usual dos agentes da comunidade de informações, imputado adjetivos como corrupto e subversivo para constatar a culpabilidade daquele indivíduo (Fico, 2001, p.102)



esquerda, e apenas um não tinha nenhum tipo de envolvimento político contrário ao regime.

- percebendo o apoio que o Reitor GERALDO LAFAYETTE BEZERRA, vem dando a elementos de tendência esquerdista, durante a sua gestão à frente da UFPE e aos mentores da crise surgida no CCJ/FDR, indica que essa conduta vem reiterando uma escalada esquerdista no âmbito da Universidade;
- a ascensão de um elemento esquerdista à direção do CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS (FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE), unidade administrativa da UFPE que se constitui numa tradição no ensino jurídico do País, representará uma vitória dos segmentos que se opõe ao Governo e ao Regime implantado pela Revolução de 1964. (ARE\_ACE\_3737\_82. Fundo SNI – Agência Recife.)

Em conclusão ao tópico vigente, gostaria de evidenciar também a atuação de uma universidade privada no cenário acadêmico superior, pois como demonstra Rodrigo Patto de Sá Motta ao decorrer de sua obra *As universidades e Regime Militar* (2014), houve um boom de instituições de nível superior no Brasil durante a Ditadura Militar, apesar da grande maioria serem conhecidas como “fábricas de diploma” as católicas tinham uma fama bem melhor.

Dessa forma, o documento **ARE\_ACE\_3638. Fundo SNI – Agência Recife**, versa acerca do “escândalo da mandioca”, quando o procurador do Ministério Público, Pedro Jorge de Melo e Silva, foi assassinado a queima-roupa por denunciar um caso de corrupção envolvendo falsos plantadores de mandioca, que se utilizavam dessa mentira para conseguir verba pública destinada aos pequenos plantadores desse alimento.

Porém, o enfoque que gostaríamos de dar não é sobre a explanação do escândalo, mas como setores da educação se movimentaram para pressionar a justiça da época, que andava a passos lentos, aparentando uma tentativa de não resolução do caso. Foi aí que as seguintes organizações entraram em cena: “Associação dos Docentes da Universidade Católica De Pernambuco, Diretório Central dos Estudantes, União dos Estudantes de Pernambuco E Associação dos Sociólogos de Pernambuco”, demonstrando que também haviam universidades privadas articuladas politicamente contra maiores excessos por parte da ditadura. Percebe-se também que a articulação não se dava apenas com setores civis como como a associação dos sociólogos, mas também a presença dos estudantes dessa

instituição em coletivos maiores, como a União dos Estudantes de Pernambuco, desmanchada durante o período da Operação Limpeza, mas que ressurge com as novas diretrizes do MEC inserido no processo de abertura política e dissolução dos decretos 477 e 228 (Motta, 2014, p. 335).

## 2.2: OS ESTUDANTES EM PERNAMBUCO E A VIGILÂNCIA DO SNI

Ao mudarmos um pouco a óptica do trabalho para o outro lado atuante dentro da comunidade acadêmica, percebemos no documento do tipo informação **ARE ACE 1149 80** a prisão em flagrante de quatro estudantes que praticavam o crime de pichação pela região central da cidade de Recife, que teriam dizeres contra o então presidente João Batista de Figueiredo. Segundo o próprio documento, alguns dias após o ocorrido haveria a visita do militar até a cidade, e as pichações seriam uma forma de protesto contra esse ditador, vale ressaltar também que os grupos estudantis tinham nesse momento, ao lado dos operários industriais o protagonismo em ações de sublevação contra o regime militar. (Motta, 2014, 331).

Porém, esse não é o fato principal que motivou a aparição de tal documento no presente relatório, mas a presença do Partido de Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no financiamento e organização dessa ação, que não foi feita de maneira isolada por esses quatro indivíduos, e sim por um grande grupo, onde houve o início com apenas quinze estudantes, e a partir do recebimento de mais latas de spray foram formando grupos maiores para picharem boa parte do centro de Recife. Ou seja, os estudantes detidos pela polícia eram apenas uma pequena peça de um movimento maior e organizado que agia pela cidade naquela noite do dia 18 de julho de 1980, onde podemos perceber um fator latente na historiografia acerca desse período, que é a participação dos partidos com os movimentos estudantis, a fim de fortalecer os diversos setores internos e externos da legenda, angariando inclusive apoio social (Nunes, 2003).

Aos dezoito (18) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta (1980), nesta cidade do Recife, no Cartório da Delegacia de Ordem Política e Social, onde se encontrava presente o Dr. \_\_\_\_\_, Escrivão Titular, comigo servindo ao seu cargo no final, compareceu Alcir Galindo Florêncio, solteiro, estudante, natural da cidade de Caruaru, residente nesta cidade, de compleição magra, cabelos castanhos, filho de Altino Pinheiro e Gercy

Galindo Florencio. [...] sendo interrogado a respeito do fato que lhe é imputado, declarou o seguinte:

Que no dia 10 do corrente mês, cerca das 20h00, participou de uma reunião na sede do PMDB, situada à Rua João de Barros, nesta cidade. Ficou acordado entre os participantes que, no dia 17, seria feita uma “pichação” em várias partes desta capital, alusiva aos interesses do citado Partido, com referência às eleições de novembro próximo para Prefeito e Vereador.

Que a mencionada “pichação” girava em torno de conclamar os eleitores para um possível apoio ao PMDB, destacando a candidatura de Ulisses Guimarães à presidência do partido. O setor estudantil teria participação ativa, cabendo-lhe convidar outras pessoas de diferentes segmentos, como trabalhadores e setor feminino.

Que ontem, por volta das 22h30, quando se encontrava “pichando” os muros da Rua do Pato, foi surpreendido por policiais e conduzido a esta Repartição.

O declarante afirmou que esta campanha nacional era presidida pelo senhor Ulisses Guimarães, presidente do MDB, e se traduzia na “pichação”. Reconhece como sendo de sua responsabilidade, declarando ainda que adquiriu por conta própria o material necessário, limitando-se à compra de um tubo de spray de tinta preta, pelo valor de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros). (Documento com rasuras) (ARE\_ACE\_1149\_80. Fundo SNI – Agência Recife.)

Ademais, é exposto na fala de uma das estudantes que esse movimento não buscava apenas demonstrar a insatisfação dos cidadãos com a visita do General a capital pernambucana, mas também exclamar o apoio a uma causa levada pelo político proeminente do partido, Ulysses Guimarães, que alertava a sociedade civil a possibilidade da Ditadura Militar cancelar a votação direta para prefeitos e vereadores. Nesse sentido, fica claro durante o processo que existia a vontade deste setor do partido em criar conexões também com organizações dos trabalhadores, femininas e outros, a fim de levar essa luta para posições de maior visibilidade diante da sociedade civil como um todo, pois todos os setores da sociedade detinham grande importância e relevância política no debate a época (Motta, 2014, p. 335).

Concluindo as tratativas da documentação referente a rede de relações que o setor estudantil acadêmico conseguia formar, rompendo “os muros da universidade” ao se relacionar com partidos políticos e buscando interagir com outras frentes da sociedade civil, é de suma importância evidenciar outras informações presentes no processo.

Nesse prisma, tem-se a informação sobre uma das estudantes detidas durante a ação, a alemã Ingeborg Simma, que é tida como uma pessoa participante de movimentos contestatórios, e para exemplificar isso, é colocado sua participação

no Movimento de Defesa da Amazônia (MDA), denotando a capilaridade desse serviço de informação que ao localizar outros movimentos tidos como subversivos, supostamente conseguiu mapear a atuação política da estudante. Utilizo a palavra “supostamente” pois o documento não faz menção a uma difusão anterior, algo que era prática recorrente quando se tinha a fonte de uma determinada informação, ou seja, é possível que esse tópico posto durante o processo de distensão política seja parte das ações feitas pelos agentes dos órgãos de informação para retroalimentar o sistema em busca de uma validação frente aos líderes militares para a perpetuação desse aparato.

Em relação as conexões formadas entre os setores estudantis e as demais seções da população temos o documento **ARE ACE 990 80**, no qual busca sintetizar as informações colhidas durante um seminário voltado a explicar as violências que ocorriam na sociedade da época, com um teor de crítica socialista, ao fazer análises voltadas a uma violência sistêmica perpetrada por interesses governamentais que tem como finalidade o lucro para a burguesia. Ainda sobre as temáticas contidas no relatório, é possível perceber o mapeamento das figuras que compõem a mesa debatedora, formada por um membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE), um professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ligado ao curso de Filosofia, um frei integrante da Pastoral Nacional dos Pescadores, além do presidente do Instituto dos Economistas de Pernambuco.

Tal variação de cargos e entidades representadas na mesa demonstram - assim como no documento analisado anteriormente - como esses discentes do Ensino Superior conseguiam criar conexões políticas com as entidades mais diversas do meio civil, além da articulação relacionada à própria universidade ao manter relações com os docentes durante as ações políticas, demonstrando como o setor docente também mantinha firme a sua luta por direitos. A partir desse processo é possível evidenciar também, a força de negociação do DCE nesse momento da vida política nacional, ao aparecer em posições centrais, como na intermediação da mesa, organizando o evento e levando as mais diferentes lideranças para um espaço de convergência política, bem como se tornando um espaço de apreço pelos estudantes, que agora o enxergam enquanto um local de representatividade (Pellicciotta, 1997).

Além disso, o documento é revelador sobre as informações que os agentes do SNI detinham acerca dos participantes do seminário, mesmo aqueles que não estavam no local de fala frente a mesa, pois como o evento não angariou um grande número de pessoas em um primeiro momento, foram relatados os nomes de todos os presentes e quais os cursos que faziam parte, ou suas organizações políticas. Tais informações denotam como os informantes transvestidos de estudantes conseguiam se articular no meio dos discentes a fim de conseguir dados que não eram de fácil acesso, mapeando a presença desses indivíduos para ações futuras, e gerando uma ficha informacional que talvez aquelas pessoas não tomassem conhecimento.

Por fim, o relatório demonstra que houve mais um dia de falas - o dia posterior - e que ao final das tratativas relacionadas às diversas formas de violência estatais perpetradas seja por meio da polícia, seja por meio de outros órgãos reguladores como a Capitania dos Portos e Federações e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), existiu também um momento de circulação do periódico desenvolvido pelo DCE.

Esse periódico está disponível nos anexos da documentação, e nele é possível perceber uma extensão do debate promovido durante o seminário, tendo inclusive informações trocadas durante o evento, além de um tópico voltado aos preços do Restaurante Universitário (RU) e como o diretório obteve êxito em travar um aumento pretendido pelo governo. A temática relacionada ao aumento do preço nas refeições disponibilizadas pelo RU é algo sensível à luta estudantil da época, alvo de aumentos recorrentes por decisão dos reitores postos pelos ditadores, gerou grandes episódios de resistência por parte dos discentes, como será demonstrado na documentação a seguir.

Nessa toada, vemos no documento **ARE ACE 1041 80**, do tipo informação, a busca por compreender - durante um grande relatório de quase cem páginas - qual a situação educacional em que a região a ser observada pela Agência Regional Recife passava. Ou seja, como as organizações estudantis estavam se articulando no cenário político de 1980, bem como a legislação que os regia, a fim de entender quais as reais capacidades o governo teria para legitimar institucionalmente possíveis interferências nesses grupos, dado o contexto liberalizante do regime, o relegando-os estratégias normativas.

Durante todo processo são expostos nomes e organizações que atuavam tanto em Pernambuco quanto em estados vizinhos, como em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, contudo, entendemos como primordial dar ênfase a algumas ações específicas de solidariedades captadas por esse órgão entre os estudantes dos referidos estados.

Uma das ações que põe em evidência essa relação é o protesto ocorrido na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em 1980, no qual, discentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), estiveram presentes para angariar recursos e apoiar na ação contra o aumento do preço do R.U., proposto pelo então reitor interventor. Ação essa que obteve êxito ao conseguir congelar os preços do R.U., em contrapartida ao aumento proposto de 50%. Denotando uma íntima ligação entre os estudantes dessas instituições, que no percorrer do documento evidenciam essa relação participando desde eventos maiores como esse, a eventos menores como na comemoração do “dia da luta” na UFPB.

Posteriormente é visto ainda como os estudantes pernambucanos - seja da UFPE, seja da UFRPE - estiveram presentes em ações voltadas contra o aumento do R.U. da UFAL, alimentando a noção de uma relação de solidariedade entre os estudantes dos diferentes estados, mas que lutavam por pautas similares, cada um em sua instituição, evidenciando o poder de mobilização desse setor, articulando-se mesmo que em âmbito interestadual.

Ademais, é possível perceber também como outros partidos estavam presentes na organização da luta estudantil, pois além do PMDB como foi apresentado na análise do primeiro documento, aparece neste relatório a figura do Partido dos Trabalhadores (PT), onde, segundo foi constatado pelos agentes do SNI, houve o apoio direto para a eleição da chapa “Reconstruindo o DCE”, a legenda que foi a chapa vencedora para o DCE de 1980 da UFPE, com quatro mil quatrocentos e noventa e três votos. A presença do PT demonstra também como existia a tentativa desses partidos em conseguir um local de proeminência no seio das disputas estudantis, pois a chapa que ficou em segundo lugar “Chegou a hora” com dois mil novecentos e cinquenta e seis votos, era apoiada por deputados do PMDB, destacando a disputa dentro do setor.

Além disso, é exposto na documentação o cenário político no Ensino Superior privado, como no caso em que a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

buscou aumentar a anuidade cobrada aos estudantes em 50%. Todavia, os discentes dessa instituição não aceitaram o aumento exorbitante da matrícula, e em parceria com estudantes da UFPE deflagraram greve e realizaram piquetes dentro da universidade, sendo relatado durante o processo episódios de violência ao haver o embate entre os estudantes e os policiais que foram desmanchar o movimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa empreendida em relação aos documentos produzidos pelo SNI acerca dos agentes da sociedade acadêmica de Pernambuco e em diálogo com o aporte bibliográfico extensamente referenciado durante o texto, percebeu-se uma especial vigilância desse órgão que buscava criar informações de diversos aspectos da sociedade brasileira. No caso do Ensino Superior, havia dois momentos semelhantes, porém, com suas particularidades, como quando o alvo da consulta era um docente - indivíduos com algum grau de poder institucional - ou um discente - geralmente com menos poder institucional, mas maior capacidade de articulação social.

A partir disso, e entendendo que o SNI detinha enquanto função primordial a produção de informações, percebeu-se do lado docente alguns pontos de suma importância, principalmente a partir do diálogo da pesquisa empírica com o suporte teórico, evidenciando algumas questões postas a âmbito nacional. Por exemplo, no que tange ao forte processo de desqualificação dos agentes dos órgãos de vigilância contra seus investigados, buscando por vezes taxar como corrupto ou alcoólatra pessoas ligadas à cultura política de esquerda. Fato esse que não fugiu à tona dos docentes das instituições federais, que mesmo em casos de oposição à ditadura ainda mantinham seus cargos enquanto intelectuais por conta da falta de mão-de-obra desse tipo no Brasil durante esse período.

Além disso, mesmo que constatada pela historiografia atual que a atuação dos docentes contra a Ditadura Militar tenha sido menos contundente quando comparada com os estudantes, é possível visualizar brevemente um pouco dessas motivações, como o medo pela perseguição profissional, sendo mais comum expressões comedidas contra o regime. Contudo, também é demonstrado o estado de não apatia desse núcleo de trabalhadores, que ao enxergarem um momento histórico de maior espaço para protestos demonstraram sua apatia a medidas do governo, como a sindicalização através das associações docentes e greves que marcaram os anos 1980. Além disso, foi possível observar também demonstrações de menor impacto, mas ainda assim corajosas, pequenas falas em momentos públicos.



Assim, foi demonstrado que mesmo os profissionais que não foram expurgados das instituições durante os processos de “limpeza” dos ditos subversivos, caso mantivessem minimamente qualquer tipo de demonstração ideológica sofriam com sanções das mais variadas, desde a forte perseguição que poderia levar a exoneração de cargos públicos, até a desestimulação desses indivíduos para chegarem em cargos diretórios, bem como a criação de fichas informacionais que poderiam acarretar a sanções futuras.

Por outro lado, quando identificamos a vigilância perante os setores estudantis ficou notória a capacidade de articulação dos discentes do Ensino Superior do estado de Pernambuco, os quais conseguiram através de sua instituição organizacional o DCE, como também a partir de outros coletivos variados, confeccionar estratégias de abertura ao diálogo com setores da sociedade civil. Como a realização de seminários onde convidaram desde membros de comunidades religiosas como os freis, até presidentes de institutos como o de economia<sup>14</sup>.

Ademais, foi possível perceber a preocupação dos órgãos de informação da Ditadura Militar com esse setor da sociedade, a partir da verificação de extensos relatórios informando as relações desses indivíduos. Relatórios esses que evidenciaram um forte caráter de solidariedade entre os discentes de diversas instituições - seja particular ou federal -, e diversos estados - como o caso com a Paraíba e o Alagoas -, nos quais promoveram ações de resistência a imposições feitas pelos reitores intervencionistas, como o aumento do R.U., e no caso privado o aumento a anuidade.

Foi demonstrado também um dos principais motivos para o governo ditatorial enxergar como perigosa a atuação política desses discentes, pois no decorrer do final da década de setenta e início de oitenta, existiu uma clara convergência entre esse setor da sociedade e movimentos políticos mais amadurecidos e engajados, como os partidos políticos que participavam diretamente do movimento estudantil, a exemplo do PT e PMDB.

Por fim, foi analisado ainda a forma como esses agentes buscavam sistematizar suas ações, elencando por vezes em uma linha temporal as ações desses indivíduos, a fim de reafirmar a qualidade e necessidade de perpetuação

---

<sup>14</sup> Presidente esse citado durante a análise do documento **ARE ACE 990 80**.

desse aparato, que sofria com o assédio do fim, dado o processo iniciado por Geisel e perpetuado por Figueiredo da *distensão política*.

## REFERÊNCIAS:

**Fontes primárias (Fundo SNI - Agência Recife. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba - CEVPM-PB. Fundação Casa José Américo)**

ARE\_ACE\_1149\_80

ARE\_ACE\_990\_80

ARE\_ACE\_1041\_80

ARE\_ACE\_3170\_82

ARE\_ACE\_3169\_82.

ARE\_ACE\_3194\_82

ARE\_ACE\_3233

## BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. **A Fundação da ADUFERPE no contexto histórico-político brasileiro no início dos anos 80**. 2020. 14 f. Trabalho disponibilizado no site da ADUFERPE. Acesso em: 10 set. 2025.

BARROS, José d'Assunção. **História social e retorno do político**. In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. Campos da Política: Discursos e Práticas. São Paulo: LP-Books, 2012, p. 10-46.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. **“Fontes sensíveis na história recente”**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 173–193.

BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil

Republicano - o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

BERSTEIN, Serge. **“A cultura política”**. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

CITTADINO, Monique. **A UFPB e o golpe de 64**. João Pessoa: Cadernos da ADUFPB SSind., nº 10, 1993.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira**: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5–74, jan./abr. 2017. DOI: 10.5965/2175180309202017005.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

JULLIARD, Jacques. **A Política**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **“Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”**. In MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). Cultura Política na História: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, pp. 13-37.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Os olhos do regime militar brasileiro nos campi**: as assessorias de segurança e informações das universidades. Topoi, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan.-jun. 2008, p. 33.

NUNES, Paulo Giovani Antonio. **A atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB):** vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). Saeculum - Revista de História, João Pessoa, n. 39, p. 19-36, jul./dez. 2018.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. “Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): A vigilância sobre atividades acadêmicas extracurriculares” (1977-1986). In. PRIORI, Angelo.; BATISTA, Eliana Evangelista.; BOMBA, Guilherme Alves. (Orgs.). **Política, violência e autoritarismo no Brasil (Século XX)**. Maringá-PR: Edições Diálogos; Editora: PPH-UEM, São Paulo-SP: Anpuh-GTNHP, Editora: PPH-UEM, Maringá-PR, 2021. p. 247-270.

NUNES, Paulo Giovani Antonio.. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba:** construção e trajetória do Partido no Estado (1980-2000). 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política:** as movimentações estudantis dos anos 70. 1997. 282 p. Dissertação de mestrado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

RÉMOND, René. “**Uma história presente**”. In RÉMOND, René. (Org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, pp. 13-36.

**Relatório final:** COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. Volume 2. Recife: CEPE, 2017.

SEIXAS, Ivan Akselrud de. **General Golbery e o entreguismo militar brasileiro.** Paraná: CRV, 2022.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Palácios cariados:** a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975). Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2018.